

## finanças públicas

**Empréstimos  
externos são 25%  
dos investimentos**

páginas 6 e 7

## infraestrutura

**Até 30% do FGTS  
podem ser usados  
em aplicação**

página 5

## agronegócio

**Senado debate  
Estatuto do  
Produtor Rural**

página 2

## cidadania

**Rara e perigosa,  
raiva humana  
pode ser evitada**

Zoonose quase sempre letal, a raiva humana pode ser evitada sobretudo com a vacinação de cães e gatos, os principais transmissores. Conheça como ocorre o contágio, os tipos da doença e como agir em caso de agressão por um animal.

página 16

## e mais...

agora é lei	4
projetos aprovados	5
ambiente legal	11
voz do leitor	15
frases	15
pergunte ao senador	15



# Educação deve ter R\$ 10 bi a mais por ano a partir de 2011

Líder do governo no Congresso, Ideli Salvatti acredita em acordo para aprovar ainda este mês

proposta que acaba com a Desvinculação de Receitas da União (DRU) para a área educacional.

páginas 8 e 9



MARCELLO CASAL JR./ABF

Escola pública em Brasília: proposta também estende faixa do ensino obrigatório, que hoje é de 6 a 14 anos, para 4 a 17 anos



## agenda

### Homenagem a ginecologistas e obstetras

Os senadores vão homenagear a Federação Brasileira das Associações de Ginecologia e Obstetrícia (Febrasgo) por ocasião do cinquentenário da instituição. A comemoração, solicitada por requerimento do senador Augusto Botelho (PT-RR), será feita no horário do expediente, durante a sessão plenária deliberativa desta terça-feira, às 14h.

Para Augusto Botelho, a federação tem contribuído muito para a melhoria da saúde e do bem-estar da mulher brasileira. A Febrasgo foi fundada em 30 de outubro de 1959, em Belo Horizonte (MG), durante a XI Jornada Brasileira de Ginecologia e Obstetrícia.

### Único imóvel de solteiro livre de penhora

Projeto de lei da Câmara (PLC 104/09) que torna impenhorável o único imóvel pertencente a pessoa solteira, separada judicialmente, divorciada ou viúva e utilizado para a sua moradia deve ser votado nesta quarta-feira, pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). O projeto, que será examinado em decisão terminativa, é de autoria do então deputado Augusto Nardes e recebeu duas emendas do relator, senador Romeu Tuma (PTB-SP). O projeto altera a Lei 8.009/90, que garante que o imóvel residencial próprio do casal ou da entidade familiar é impenhorável.



Produção de cana-de-açúcar em Araras (SP): projeto obriga produtor a adotar medidas para reduzir impacto ambiental

## Estatuto do Produtor terá audiência pública

Questões relacionadas à defesa agropecuária brasileira devem ser discutidas na CRA com representantes de associações da categoria

O projeto que cria o Estatuto do Produtor Rural será debatido em audiência pública nesta terça-feira na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA). O debate foi sugerido pela senadora Kátia Abreu (DEM-TO), que pretende ver analisadas questões relacionadas à defesa agropecuária.

O projeto (PLS 325/06) es-

tabelece que o produtor rural adotará medidas necessárias à redução do impacto ambiental, especialmente quando houver uso de insumos agrícolas. Pela proposta, de autoria do senador Antônio Carlos Valadares (PSB-SE), as ações dos agricultores no espaço da produção rural terão por objetivos a segurança higiênico-sanitária, a sanidade das espécies – domésticas e

silvícolas, vegetais e animais –, a conservação dos recursos naturais e a restauração dos recursos degradados.

Participarão da audiência representantes da Confederação de Agricultura e Pecuária do Brasil, da Associação Brasileira das Indústrias de Óleos Vegetais, da Associação Brasileira de Agribusiness e da Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz.

### Reduzir os custos de produção, o objetivo da proposta

O Estatuto do Produtor Rural, conforme o projeto, tem por objetivo tornar mais eficientes as atividades inerentes à agropecuária, de forma a reduzir o custo de produção. Entre as medidas propostas, consta a definição de prazo máximo de 30 dias

para liberação do crédito rural, evitando que a demora resulte em atraso dos plantios.

O projeto estabelece que a prestação de assistência técnica e extensão rural pública é um direito de todo produtor.

A proposta define ainda

que o seguro rural – com subvenção do prêmio – é direito do produtor rural.

O projeto também define como infração à ordem econômica o exercício abusivo de poder de mercado por parte de fornecedores e compradores contra o agricultor.

### Parlasul deve debater situação em Honduras

A situação política de Honduras deverá ser um dos temas em debate nas próximas sessões do Parlamento do Mercosul (Parlasul), realizadas em Montevideu nesta segunda e terça-feira. A pauta do Parlasul tem outros 34 itens, entre os quais, duas propostas que visam garantir maior proteção à criança.

A primeira sugere ao Conselho do Mercado Comum que adote as medidas necessárias para colocar em funcionamento uma linha telefônica, gratuita e comum a todo o bloco, denominada Telefone da Criança. O objetivo é assegurar os direitos dos menores por meio de ações como o recebimento de denúncias sobre violações aos direitos de meninas, meninos e adolescentes e o oferecimento de atenção profissional permanente às vítimas e às suas famílias.

A segunda proposta recomenda a assinatura de convênio entre os governos dos países do Mercosul e a indústria da internet para que sejam adotadas ações concretas com o objetivo de evitar a difusão, por meio da rede mundial de computadores, de material contendo pornografia infantil.

O primeiro item da pauta é um informe sobre a situação dos direitos humanos nos países do Mercosul, elaborado pelo senador Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC). Esse trabalho reúne as informações produzidas por cada uma das delegações que integram o Parlasul – Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai.

## comissões

### Segunda-feira

18h – INFRAESTRUTURA

**Pré-sal** – No ciclo sobre “Desafios estratégicos setoriais – Agenda 2009-2015”, a comissão debate o marco regulatório do pré-sal e a criação da Petro-Sal. Participam os presidentes do BNDES, Luciano Coutinho; da Associação Brasileira de Geólogos de Petróleo, Márcio Rocha Mello; da Empresa de Pesquisa Energética, Maurício Tolmasquim; e do Instituto Brasileiro de Petróleo, Gás e Biocombustíveis, João Carlos de Luca.

### Terça-feira

11h30 – MEIO AMBIENTE E CIÊNCIA E TECNOLOGIA

**Energia** – Audiência pública para debater a experiência brasileira na utilização de energia nuclear nas usinas de Angra I e II. O diretor-presidente da Eletronuclear, Othon Luiz Pinheiro da Silva, é um dos convidados.

14h – ASSUNTOS ECONÔMICOS

**Crédito** – A comissão debate a regulamentação do risco de crédito decorrente das operações financeiras com recursos dos fundos constitucionais.

Entre os participantes, estão o presidente do Banco do Nordeste do Brasil, Roberto Smith, e o diretor de Governo do Banco do Brasil, Sérgio Ricardo Miranda Nazaré.

14h30 – MUDANÇAS CLIMÁTICAS

**Aquecimento** – A comissão realiza audiência pública para discutir o “Inventário de emissões de gases de efeito estufa” e “Validação de MDL no Brasil – Regulamentação de mercado de carbono”, com a presença de representantes dos ministérios da Ciência e Tecnologia e do Meio Ambiente.

### Quarta-feira

10h – EDUCAÇÃO

**Inclusão** – A comissão promove o seminário “Diversidade nas escolas: preconceito e inclusão”. O primeiro painel será sobre o tema “Orientação sexual e relações de gênero”. Participam o ministro da Educação, Fernando Haddad, e o presidente da Associação Brasileira de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais, Toni Reis, entre outros.

10h – CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

**Ética** – Entre os 50 itens na pauta, a comissão examina projeto que institui o Código de Ética

e Decoro Parlamentar e também proposta que prevê a inclusão do número do título de eleitor na carteira de identidade. Outro projeto em análise define como crime de responsabilidade a aplicação indevida de recursos do Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae).

11h – ASSUNTOS SOCIAIS

**Planos de saúde** – Na pauta, projeto que dispõe sobre planos e seguros privados de saúde, para tornar obrigatória a existência de contratos escritos entre operadoras dos referidos planos e seus prestadores de serviços.

14h30 – MISTA DE ORÇAMENTO

**Ministro** – A comissão discute o projeto de Orçamento para 2010, com o ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão, Paulo Bernardo.

### Quinta-feira

10h – MISTA DE ORÇAMENTO

**Lei orçamentária** – Audiência conjunta com a Comissão de Finanças e Tributação da Câmara, para discutir o anexo 5º da proposta de Orçamento para 2010, com o ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão, Paulo Bernardo.

## plenário

### Segunda-feira

14h – Sessão não deliberativa

### Terça-feira

14h – Sessão deliberativa

**Pauta trancada** – Na hora do expediente, os senadores homenageiam o cinquentenário da Federação Brasileira das Associações de Ginecologia e Obstetrícia. A pauta continua trancada pelo Projeto de Lei de Conversão 15/09 (MP 465/09), que trata de subvenção econômica ao BNDES, e pela MP 467/09, que prorroga contratos relativos a projetos de cooperação técnica.

### Quarta e quinta-feira

14h – Sessão deliberativa

### Sexta-feira

9h – Sessão não deliberativa



# Justiça

## Projeto dá voz a advogados no julgamento de recursos

O Código de Processo Civil (CPC) poderá ser alterado para permitir que a sustentação oral pelos advogados, nos tribunais, também possa ser feita nos julgamentos de recursos processuais que possam modificar significativamente a sentença. A proposta (PLS 472/08), aprovada pela CCJ em caráter terminativo, mantém a proibição de sustentação oral no caso de embargos de declaração que não busquem tais efeitos.

Pelo projeto do senador Antônio Carlos Valadares (PSB-SE), o presidente da sessão, depois da exposição feita pelo juiz-relator, dará 15 minutos a cada uma das partes, para exporem as razões do recurso.

Valadares explica que os embargos de declaração com efeito infringente não têm por objetivo suprimir omissão, aclarar ponto obscuro ou corrigir contradição, mas sim modificar e inverter o mérito da decisão a favor de quem está recorrendo. Ainda segundo o autor, a doutrina e a jurisprudência consideram que o caráter infringente empregado nos embargos de declaração só é possível excepcionalmente.

## CCJ reduz prazo de recursos previstos no Código Civil

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) aprovou projeto da senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE) que altera o artigo 508 do Código de Processo Civil para reduzir de 15 para dez dias o prazo para interposição de recursos e para a resposta aos recursos nos julgamentos de processos pelos tribunais.

Na justificativa da proposta (PLS 220/06), a senadora afirma que os recursos previstos no código submetem-se a prazos variados e excessivos. No caso de apelação, pondera, o prazo é de 15 dias e mais

Para o senador, a sustentação oral poderá reforçar a tese apresentada por escrito na petição de recurso ou de contrarrazões e, na maioria das vezes, “serve para esclarecer aos magistrados uma situação jurídica que passou despercebida, ou focar o ponto principal do conflito, que muitas vezes não foi captada pelo juiz-relator e sua respectiva assessoria, em face de leitura de inúmeras peças processuais”.

Valadares citou dados fornecidos pelo professor e advogado Desloamar Mendonça Júnior. Segundo o especialista, nos

tribunais superiores 70% dos processos são julgados isoladamente pelo juiz-relator, ou seja, em 70% das matérias em que caberia sustentação oral (permitida quando o julgamento é feito pelo colegiado), está havendo a supressão dessa faculdade, o que o advogado considera muito grave.

O relator Almeida Lima (PMDB-SE) concorda que a sistemática que dá poderes ao relator do recurso para julgá-lo monocraticamente, impedindo a sustentação oral, tem provocado prejuízos ao direito de ampla defesa das partes.

15 dias para que o apelado apresente suas contrarrazões. No mesmo caso, estão os embargos infringentes, os recursos ordinário, especial e extraordinário e os embargos de divergência. O agravo de instrumento, por sua vez, possui prazo de dez dias.

O relator na CCJ, Raimundo Colombo (DEM-SC), apresentou voto favorável à matéria, que recebeu decisão terminativa na comissão. Segundo o senador, a medida sugerida por Maria do Carmo Alves permitirá acelerar os processos judiciais.

**Falta de sustentação oral impede o amplo direito de defesa**

FOTOS: JOSÉ CRUZ



Demostenes Torres inseriu emenda no projeto tornando obrigatório o exame para aqueles que cometeram crimes hediondos

## CCJ aprova volta de exame para condicional ou indulto

Antes de conceder esses ou outros benefícios a um detento, juiz poderá solicitar o teste, em que são ouvidas as áreas psiquiátrica, psicológica e social

Extinto em 2003, o exame criminológico pode voltar a ser usado pelo juiz antes de decidir se concede progressão de regime, livramento condicional, indulto ou comutação de pena de condenados por crime hediondo ou que tenham usado de violência ou grave ameaça, além dos casos de reincidência. A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) aprovou em caráter terminativo a volta do exame e, se não

houver requerimento para exame no Plenário, o PLS 190/07 seguirá para a Câmara dos Deputados.

Pela proposta da senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE), o exame criminológico poderá ser pedido pelo juiz em qualquer caso, mas uma emenda do presidente da CCJ, Demostenes Torres (DEM-GO), tornou obrigatório o exame para embasar a decisão do juiz para casos como os de crime hediondo.

A senadora Maria do Carmo lembrou que “a mera comprovação do bom comportamento carcerário pelo diretor do estabelecimento penal, como acontece atualmente”, não pode ser suficiente, pois não leva em conta as avaliações técnicas das áreas psiquiátrica, psicológica e social. Além disso, lembrou a senadora, estimula a corrupção, com a “venda” de atestados de bom comportamento carcerário.

## Até um ano de prisão para quem defender pedofilia

Atos de incitação e de apologia pública de crime ou de seu autor (quando o delito estimulado for punível com prisão) poderão render até um ano de prisão, além de multa. É o que determina projeto (PLS 201/09) aprovado pela CCJ, que dobra as punições previstas hoje no Código Civil.

Ao propor a medida, que agora vai a Plenário para decisão final, a

Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Pedofilia visava antes de tudo garantir uma legislação mais severa contra os atos de exploração sexual de menores.

Na justificativa da proposta, relatada pelo senador Francisco Dornelles (PP-RJ), os senadores da CPI afirmam que parte da dificuldade de combater práticas criminosas decorre do “sentimen-

to de descrença ou ineficácia” da lei – as pessoas se sentem estimuladas a transgredi-la.

Para os autores, a punição para a incitação ao crime, sua apologia ou a louvação do criminoso ainda precisa ser bem definida na legislação penal, de modo que as penas sejam vinculadas à gravidade do crime que está sendo estimulado ou propagandeado.

### DIREITO EMPRESARIAL

Um projeto votado na CCJ (PLS 545/07) atualiza o texto de registro público das empresas (Lei 8.934/94), ajustando-o à terminologia usada no Código Civil (Lei 10.406/02). Com isso, Direito Comercial passaria a se chamar Direito Empresarial e expressões como empresas ou firmas mercantis seriam substituídas pelo termo empresas.

### COMBATE À PICHANÇA

Vender tintas em aerossol para menores de 18 anos será proibido e o comprador deverá apresentar documento de identidade e ter seu nome anotado na nota fiscal, diz projeto (PLC 138/2008) aprovado pela Comissão de Meio Ambiente e Defesa do Consumidor (CMA). As latas deverão ter a advertência de que pichação é crime. A proposta, já aprovada na CCJ, segue para exame do Plenário.



Senador Marco Maciel (D) e participantes do debate: mais uma vez, promotores acham que defensores querem invadir sua área de atuação

## Nova queda de braço entre MP e Defensoria

Proposta que amplia as atribuições da Defensoria Pública no âmbito da Lei de Execução Penal (Lei 7.210/84), dando ao órgão, por exemplo, função de defesa de interesses coletivos dos presos, foi criticada por membros do Ministério Público (MP). Representantes dos dois órgãos debateram na CCJ o PLC 43/09, do deputado Edmilson Valentim (PCdoB-RJ).

Os promotores disseram que a Defensoria deve ser fortalecida

para melhor atender os presos mais pobres, mas acham que a proposta invade a competência do MP. Já aqueles favoráveis ao projeto alegaram que, para o país ter uma Defensoria Pública forte e ágil, é preciso mudar a lei.

A proposta atribui à Defensoria competência para a prática de diversos atos na fase de execução da sentença penal condenatória, incluindo a participação de defensores nos conselhos penitenciarários.

– Os presos mais pobres necessitam de uma Defensoria Pública forte – resumiu o padre Valdir João Silveira, da Pastoral Carcerária da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB).

O relator na CCJ, senador Osmar Dias (PDT-PR), apresentou sete emendas, uma das quais exclui a Defensoria como órgão de execução da pena. Para ele, a atuação dos defensores deve ficar restrita à defesa dos réus necessitados, de forma individual.



## comissões

# Cybercafés e *lan houses* deverão manter cadastro de usuários

Projeto de Gerson Camata quer acabar com o anonimato no uso de computadores de acesso público para reprimir fraudes e pedofilia

Os estabelecimentos que alugam computadores para acesso à internet – como cybercafés e *lan houses* – devem manter cadastro de seus clientes, com a data e hora do início e término do uso do terminal e a identificação do computador usado. É o que prevê projeto de lei (PLS 296/08) de Gerson Camata (PMDB-ES) aprovado em decisão terminativa pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ).

Camata argumenta que a internet tem sido usada para a prática de diversos tipos de crime, desde fraudes contra contas bancárias a casos de pedofilia, e que, em muitos desses crimes, os delinquentes usam terminais públicos para não ser identificados. Segundo o senador, a medida ampliará a eficácia do combate aos crimes virtuais, pois fechará uma das mais importantes brechas de proteção a que recorrem os criminosos.



ANA VOLIPE

**Lan house em Brasília: proposta aprovada em decisão terminativa pela CCJ objetiva ampliar a eficácia do combate aos crimes virtuais**

## Fust poderá subsidiar telefonia fixa para população de baixa renda

Recursos do Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações (Fust) poderão ser usados para subsidiar o acesso aos serviços de telefonia fixa pela população de baixa renda. É o que propõe projeto (PLS 283/09) de Flexa Ribeiro (PSDB-PA) aprovado pela Comissão de Assuntos Econômicos. A proposta, de acordo com o relator, Osmar Dias

(PDT-PR), inspirou-se na tarifa social de energia. Para garantir que o benefício seja restrito a pessoas realmente necessitadas, o Executivo deverá adotar critérios que identifiquem a condição socioeconômica do cidadão. O relator lembra que a universalização da telefonia é meta do Estado desde a reestruturação do setor, em 1997.

### CONTRATOS DE TELEFONIA

A Comissão do Meio Ambiente e Defesa do Consumidor, a pedido de Renato Casagrande (PSB-ES), solicitará ao Tribunal de Contas da União (TCU) uma auditoria nos contratos de telefonia fixa e móvel. Casagrande argumenta que esses serviços representam a maior fonte de reclamação por parte dos consumidores, segundo os Procons estaduais e municipais.

## CCJ aprova proibição da venda para o exterior de atletas jovens

Projeto que proíbe a transferência de atletas para o exterior antes de completarem 18 anos de idade e de terem se profissionalizado foi aprovado pela CCJ. O autor da proposta (PLS 238/04), Demostenes Torres (DEM-GO), sustenta no texto que jogadores de futebol, ainda adolescentes, têm sido “induzidos por empresários a verdadeiras aventuras no exterior, onde desperdiçam seu talento prematuramente, antes

de conseguir realizar todo seu potencial”. Com a aprovação da proposta, fica proibida a celebração de contrato trabalhista entre a entidade desportiva estrangeira e o atleta, seja para cessão ou transferência, sem que ele tenha atingido a maioridade e se profissionalizado. A proposta faz mudanças na chamada Lei do Passe Livre (Lei 9.615/98) e segue para as comissões de Assuntos Sociais e de Educação.

## Proposta reserva espaço para esporte na periferia

As áreas públicas usadas para a prática de esporte e lazer por comunidades da periferia, ribeirinhas e quilombolas, por período igual ou superior a cinco anos, poderão ser destinadas à criação de espaços desportivos comunitários. O projeto, elaborado por Cristovam Buarque (PDT-DF) a partir de sugestão encaminhada à CDH pela Federação de Futebol Não Profissional da Bahia, baseia-se no argumento de que a medida vai garantir às futuras gerações a reserva de espaço para a prática de atividades desportivas na própria comunidade.

## Senado e Câmara lançam portal da Copa 2014

A Subcomissão Permanente de Acompanhamento da Copa do Mundo de 2014 e das Olimpíadas de 2016 lançou um portal na internet, em parceria com a Câmara dos Deputados, para acompanhar e fiscalizar os investimentos públicos na realização dos dois eventos. – Esse portal representa um importante instrumento de controle dos gastos públicos – afirmou Renato Casagrande (PSB-ES), presidente da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA), à qual a subcomissão está subordinada.

## agora é lei

### Regras especiais para garantir a realização dos Jogos Olímpicos

A lei que institui o Ato Olímpico na administração pública foi sancionada em 1º de outubro. O projeto veio do Executivo e define ações que garantam a realização das Olimpíadas no Rio de Janeiro, em 2016, considerando que, até lá, o Brasil terá passado por duas eleições presidenciais. A intenção é garantir a continuidade das ações, independentemente de quem estiver no comando do país.

#### Algumas medidas definidas na nova legislação

- Institui a denominação Jogos Rio 2016 para a publicidade do evento.
- Dispensa de concessão de visto aos estrangeiros vinculados à realização dos jogos. O passaporte, o cartão de identidade e o credenciamento olímpico serão suficientes para ingresso no território nacional.
- Toda publicidade contratada nos aeroportos ou de interesse dos Jogos Rio 2016 terão seus contratos suspensos entre 5 de julho e 26 de setembro de 2016.

Contratos fechados futuramente deverão conter cláusulas que prevejam essa suspensão.

- O governo federal é o responsável pela segurança, saúde e serviços médicos, vigilância sanitária e serviços de alfândega e imigração, sem ônus para o Comitê Organizador dos Jogos Rio 2016.
- O Poder Executivo editará normas complementares necessárias para a realização dos Jogos Rio 2016, inclusive no que se refere à adoção de ações afirmativas para garantir a reprodução da diversidade étnica brasileira nas atividades relacionadas aos Jogos Rio 2016.

- Autoriza o Executivo a destinar recursos para cobrir eventuais déficits operacionais do Comitê Organizador dos Jogos Rio 2016, atendidas às condições estabelecidas na Lei de Diretrizes Orçamentárias, com previsão orçamentária ou em créditos adicionais, e ouvido os ministérios do Esporte, do Planejamento, Orçamento e Gestão e da Fazenda.

### CONTRIBUIÇÃO A SINDICATOS

Foi aprovado pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) projeto de Paulo Paim (PT-RS) que obriga todos os trabalhadores e servidores membros de categoria profissional, sindicalizados ou não, a pagarem a contribuição assistencial aos sindicatos. Paim justifica o projeto (PLS 248/06) afirmando que a contribuição já existe, mas, por falta de norma legal, acaba causando insegurança jurídica.

### OSCIP E MICROCRÉDITO

As organizações da sociedade civil de interesse público (Oscips) e as sociedades de microcrédito podem ganhar o direito de entrar com ações nos juizados especiais. É o que define o PLC 71/06, do governo federal, aprovado na CCJ. Pela lei atual, apenas pessoas físicas e microempresas podem buscar os juizados especiais, criados para acelerar as decisões nas causas de menor valor.

### LICITAÇÕES

A execução de ações e programas que promovam a igualdade – como a contratação de pessoas com deficiência, negros ou com mais de 40 anos – poderá ser exigida de empresas que participem de licitações para fornecer bens e serviços ao governo. Essas ações também poderão ser usadas como critério de desempate. É o que determina o PLS 234/08, aprovado pela Comissão de Direitos Humanos.

### PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

Casas de diversão pública – como teatros, estádios esportivos etc. –, auditórios, salas de aula e até mesmo salas de espera poderão ser obrigadas a oferecer assentos especiais para pessoas obesas ou com deficiência. É o que prevê projeto (PLC 184/08) aprovado pela Comissão de Direitos Humanos (CDH). O texto determina ainda que sejam oferecidas áreas adequadas para a permanência dessas pessoas.

### RODOVIAS

Projeto aprovado pela CCJ (PLC 66/05) obriga a instalação ao longo das rodovias administradas por empresas privadas, em regime de concessão, de placas com o nome do órgão público fiscalizador do contrato e informações sobre como o cidadão pode entrar em contato. A ideia é que os usuários ajudem na fiscalização, oferecendo denúncias e críticas sobre as condições das vias, além de sugestões.

### CARGOS PARA O EXECUTIVO

A Comissão de Constituição e Justiça aprovou também a criação de 21 cargos em comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores (DAS) para o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (PLC 161/09). A estimativa de custo com a criação dos cargos é de R\$ 583,5 mil, considerando os meses de setembro a dezembro de 2009, e de R\$ 1,61 milhão por ano.

## decisões

## Aprovada recriação de entidade para fiscalizar fundos de pensão

Projeto que recria a Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc), vinculada ao Ministério da Previdência, foi aprovado pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE). A autarquia cuidará da fiscalização e da supervisão das atividades dos fundos fechados de previdência – os chamados fundos de pensão –, funções atualmente exercidas pela Secretaria de Previdência Complementar, órgão do mesmo ministério.

Na opinião do relator (PLC 136/09), senador Romero Jucá (PMDB-RR), o projeto reestrutura e melhora a fiscalização dos fundos de pensão ao atribuir à Previc *status* de autarquia. A medida vai garantir à entidade a autonomia financeira e administrativa para conduzir suas

funções, o que não vale para a secretaria atual.

A Previc terá como principal fonte de receita uma taxa a ser cobrada dos próprios fundos de pensão – a chamada Taxa de Fiscalização e Controle da Previdência Complementar (Tafic).

O recolhimento será quadrimestral e terá 17 faixas de valor, que vão variar entre R\$ 15 e R\$ 2,225 milhões, conforme o volume dos recursos garantidores por plano de benefícios (VGR) administrado pelos fundos.

Romero Jucá argumentou também haver necessidade de aprovar e sancionar o projeto ainda este ano para que a Previc possa funcionar com as taxas que a própria entidade vai arrecadar.

## Restituição do IR poderá ser usada para pagar débitos

A CAE aprovou também permissão para que o contribuinte do Imposto de Renda Pessoa Física use o saldo da restituição do imposto, apurado na declaração anual de ajuste, para quitar débitos originados de qualquer tributo administrado pela Receita Federal. O autor da proposta, senador César Borges (PR-BA), afirmou que o projeto buscar fazer justiça ao contribuinte. Quanto àqueles que estão na malha fina, explicou o senador, eles terão que esperar o fim do processo de apuração do IRPF.

## Mantega deve explicar retardo na devolução do IR

O ministro da Fazenda, Guido Mantega, deverá explicar à CAE a decisão do governo federal de retardar a restituição do Imposto de Renda de 2009, com o objetivo de compensar parte da queda de arrecadação de tributos. O requerimento, de Arthur Virgílio (PSDB-AM), foi apoiado por Antonio Carlos Júnior (DEM-BA), para quem a decisão do governo foi “uma trapalhada do tamanho de um bonde”, com o objetivo de tentar “maquiar” as contas públicas usando dinheiro do contribuinte.

### BANCO DO CENTRO-OESTE

A Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) aprovou em segunda votação proposta que autoriza o governo a criar o Banco de Desenvolvimento do Centro-Oeste. Previsto na Constituição federal, o banco é uma antiga demanda de parlamentares e governadores da região. Sua função será estimular projetos prioritários para o desenvolvimento, tendo como principal fonte de recursos as receitas do Fundo Constitucional do Centro-Oeste (FCO), até então geridas pelo Banco do Brasil.

# Trabalhador vai poder aplicar 30% do FGTS

Senado ampliou percentual que pode ser aplicado no FI-FGTS, que era de 10%. Vantagem do fundo é a rentabilidade, duas vezes maior que a do FGTS

O Plenário aprovou projeto de lei de conversão (PLV 14/09) que aumenta de 10% para 30% o percentual do saldo do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) que o trabalhador pode optar por aplicar no fundo de investimento em infraestrutura, o FI-FGTS, que financia empreendimentos dos setores de energia, transportes e saneamento.

Essa ampliação não estava prevista na proposta original do governo (MP 464/09). Foi inserida na Câmara e mantida pelo relator no Senado, Osmar Dias (PDT-PR). Ele explica que o trabalhador sai beneficiado com a mudança.

“A remuneração do FI-FGTS, desde a sua criação, sempre esteve acima da correção aplicada aos saldos das contas [do FGTS].



Proposta do governo não previa a ampliação, mantida pelo relator Osmar Dias (D) e aprovada pelo Plenário

A rentabilidade média do FI-FGTS é de cerca de 9% ao ano, ao passo que a remuneração do FGTS tem sido de 4,5% ao ano”, argumenta.

O relator também concordou que o cálculo do limite de 80% do patrimônio líquido do FGTS, destinado a obras de infraestrutu-



ra, deixe de ser o do final de 2006 e passe a ser o registrado em 31 de dezembro de cada ano. “O PLV descongela esses recursos”, explicou o senador.

## Depois de meses de negociação, CCT fecha proposta para o Cade

Proposta que estrutura o Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência (SBDC) e trata da prevenção e da repressão às infrações contra a ordem econômica foi aprovada pela Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT). O relator, Wellington Salgado (PMDB-MG), incluiu no projeto de lei da Câmara (PLC 6/09) 28 emendas.

– Esse projeto é muito importante e levou três meses de negociação para obter um acordo entre o Cade Conselho Administrativo de Defesa Econômica) e a Anatel (Agência Nacional de Telecomunicações) – explicou

Wellington Salgado.

O objetivo principal do projeto é reorganizar o SBDC, com a unificação no Cade das competências divididas atualmente com a Secretaria de Acompanhamento Econômico, do Ministério da Fazenda, e a Secretaria de Direito Econômico, vinculada ao Ministério da Justiça. Os outros objetivos são a ampliação dos quadros técnicos e o incentivo à permanência dos melhores profissionais; a instituição da análise prévia de atos de concentração, com prazos fixos e céleres para a decisão final; e, por último, o aprimoramento dos procedimentos administrativos.

### DIRETOR PARA A ABIN

A Comissão de Relações Exteriores aprovou o nome de Wilson Roberto Trezza para o cargo de diretor-geral da Agência Brasileira de Inteligência (Abin). A votação ocorreu após longa sabatina, uma parte aberta ao público e outra reservada. Trezza anunciou para breve o envio ao Congresso de um projeto definindo uma política nacional de inteligência.

### INFORMAÇÕES SOBRE FITAS

Requerimento do senador Aloizio Mercadante (PT-SP) pedindo informações ao Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República sobre o conteúdo de fitas – supostamente gravadas durante a Operação Satiagraha, da Polícia Federal – que conteriam diálogos envolvendo senadores também foi aprovado pela Comissão de Relações Exteriores.

## projetos aprovados

De 13 a 16 de outubro	Plenário	CAS	CAE	
	<p><b>Vão à promulgação</b></p> <p>➔ <b>PDS 658/09</b> – Acordo de cooperação financeira com a Alemanha para obras de saneamento no Ceará.</p> <p>➔ <b>PDS 481/09</b> – Texto dos Atos da União Postal Universal sobre serviço postal internacional.</p> <p>➔ <b>PDS 659/09</b> – Acordo com Moçambique sobre transferência de pessoas condenadas.</p> <p><b>Vai à Câmara</b></p> <p>➔ <b>PLC 14/09</b> – Auxílio financeiro aos estados, Distrito Federal e municípios para fomentar as exportações.</p> <p><b>CCJ</b></p> <p>➔ <b>PLS 296/08</b>, de Gerson Camata (PMDB-ES) – Obriga os estabelecimentos de locação de computadores a manter cadastro de seus usuários. Vai à Câmara.</p>	<p>➔ <b>PLC 161/09</b> – Cria cargos em comissão (DAS) para o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. Vai à sanção.</p> <p>➔ <b>PLS 303/08</b>, de Lúcia Vânia (PSDB-GO) – Cria o Banco de Desenvolvimento do Centro-Oeste. Vai à Câmara.</p> <p>➔ <b>PLS 220/06</b>, de Maria do Carmo Alves (DEM-SE) – Reduz de 15 para dez dias o prazo para interposição e para resposta aos recursos previstos no Código de Processo Civil. Vai à Câmara.</p> <p>➔ <b>PLS 253/09</b>, de Expedito Júnior (PR-RO) – Regulamenta a transmissão de permissão para explorar serviço de táxi. Vai à Câmara.</p> <p>➔ <b>PLS 472/08</b>, de Antônio Carlos Valadares (PSB-SE) – Modifica o Código de Processo Civil para permitir a sustentação oral nos julgamentos de agravos nos tribunais. Vai à Câmara.</p> <p>➔ <b>PLS 190/07</b>, de Maria do Carmo Alves (DEM-SE) – Prevê exame criminológico para progressão de regime, liberdade condicional, indulto e comutação de pena.</p>	<p>➔ <b>PLS 175/06</b>, do ex-senador Rodolpho Tourinho – Dispensa o empregador doméstico do pagamento da multa de 40% sobre o saldo de FGTS em caso de demissão sem justa causa. Vai à Câmara.</p> <p>➔ <b>PLC 158/09</b> – Fixa limites para o valor de anuidades para o Conselho Federal e os conselhos regionais de Educação Física. Vai à sanção.</p> <p>➔ <b>PLS 667/07</b>, de Marisa Serrano (PSDB-MS) – Torna obrigatória a manutenção de estoque das vacinas antitetânica e antirrábica em hospitais com atendimento de urgência. Vai à Câmara.</p> <p><b>CE</b></p> <p>➔ <b>PLS 02/08</b>, de Osmar Dias (PDT-PR) – Permite a participação da União no financiamento de instituições de ensino superior mantidas pelos estados. Vai à Câmara.</p> <p>➔ <b>PLS 12/05</b>, de Serys Slhessarenko (PT-MT) – Obriga o uso do gênero feminino ao designar</p>	<p>profissão de mulheres. Vai à Câmara.</p> <p>➔ <b>PLC 133/09</b> – Cria o Dia do Bumba Meu Boi. Vai à sanção.</p> <p>➔ <b>PLC 96/09</b> – Institui o Dia do Plano Nacional de Educação. Vai à Câmara.</p> <p>➔ <b>PLS 171/08</b>, de Cristovam Buarque (PDT-DF) – Institui o Dia Nacional das Mudanças Climáticas. Vai à Câmara.</p> <p>➔ <b>PLS 245/09</b>, de Rosalba Ciarlini (DEM-RN) – Cria o Dia do DeMolay. Vai à Câmara.</p> <p>➔ <b>PLS 394/08</b>, de Gilberto Goellner (DEM-MT) – Institui o Dia do Criador de Cavalos. Vai à Câmara.</p> <p>➔ <b>PLC 151/09</b> – Cria o Dia da Defesa Civil. Vai à sanção.</p> <p><b>CAE</b></p> <p>➔ <b>PLS 334/06</b>, de César Borges (PR-BA) – Permite que o contribuinte use o valor a receber relativo à restituição do Imposto de Renda Pessoa Física no pagamento de débitos tributários.</p>



# Empréstimos externos somaram R\$ 7,5 bilhões apenas em 2008

Estados e municípios usam cada vez mais as operações de crédito com instituições internacionais, que oferecem juros menores

Ferramenta cada vez mais usada por estados e municípios, os empréstimos externos têm a vantagem de oferecer recursos mais abundantes, com prazos maiores e juros menores que os praticados no Brasil. Regulamentado e autorizado caso a caso pelo Senado, esse tipo de operação de crédito oferece ainda uma poderosa contribuição: a transferência de tecnologia e conhecimento na área de elaboração e gestão de projetos à esfera pública, hoje carente de especialistas nessa área. Para o contribuinte, uma vantagem extra: as instituições internacionais são muito rigorosas na fiscalização da aplicação dos recursos.

Só para se ter uma ideia do peso dos empréstimos externos no setor público brasileiro, enquanto o total investido por todos os estados em 2008 beirou os R\$ 29,3 bilhões, a soma dos empréstimos externos contratados no período foi de cerca de R\$ 7,5 bilhões, ou seja, mais de 25% do valor total dos investimentos.

Mas se esses recursos, em ge-

ral mais baratos e abundantes, permitem realizar investimentos que de outra forma custariam muito mais ou não poderiam ser realizados, para as finanças públicas o excesso de dívidas tem o mesmo efeito danoso que tem para o orçamento familiar.

No Brasil, o problema agravou-se na década de 1990, quando havia governos estaduais e prefeituras cuja despesa com pessoal chegava a incríveis 90% da receita – o que sobrava não dava nem para pagar as contas de água e luz, quanto mais para investir em infraestrutura ou na qualidade de vida da população. A solução adotada era sempre a mais fácil: acumular cada vez mais dívidas, tornando o esquema uma bola de neve.

A situação só começou a melhorar com as medidas tomadas pelo governo federal na década de 1990, com a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), em 2000, e as resoluções 40 e 43 do Senado, em 2001, que impuseram limites aos gastos com pessoal e ao endividamento do setor público.

Passados dez anos, a realidade



A drenagem do canal Visconde de Inhaúma, em Belém, contou com recursos do BID, maior financiador no Brasil, ao lado do Bird

é outra. Entre os estados, por exemplo, apenas o Rio Grande do Sul permanece endividado acima dos limites permitidos para contratar novos empréstimos externos (veja infográfico). O Congresso, por sua vez, segue discutindo propostas para aperfeiçoar a legislação, reduzindo a burocracia sem perder de vista a necessidade dos controles.

## Maior barreira são os gastos com pessoal

O fim da exigência de que a União, os estados e os municípios só possam tomar empréstimos se todos os seus órgãos e poderes estiverem cumprindo os limites de gastos com o funcionalismo (veja *boxe na página 7*) foi aprovado pela Câmara em maio de 2008 e começa a ser avaliado pela Comissão de Constituição e Justiça do Senado (CCJ).

O governo enviou o PLC 92/08 ao Congresso depois que o ministro Celso de Mello, do Supremo Tribunal Federal, concedeu liminar baseada no entendimento de que, se o Legislativo ou o Judiciário extrapolam seus gastos com pessoal, o Executivo não pode ser impedido, por exemplo, de tomar um empréstimo.

O projeto teve aprovação tranquila na Câmara, mas no último momento ganhou algumas emendas polêmicas. Uma delas autoriza a reestruturação de dívidas mesmo quando excedidos os limites de gastos com pessoal e endividamento fixados pelo Senado, o que repercutiu mal na Casa. Entre

outros senadores, Jarbas Vasconcelos (PMDB-PE) reagiu afirmando que o Executivo está propondo “um verdadeiro estupro” da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF).

O relator na CCJ, Tasso Jereissati (PSDB-CE), afirmou que não pretende aceitar mudanças nos princípios básicos da LRF que possam arriscar a estabilidade fiscal dos estados e municípios. Ele pediu a realização de audiência pública para discutir a proposta, ainda sem data marcada.

Segundo Antonio Carlos Júnior (DEM-BA), o projeto do governo visa, provavelmente, solucionar a situação do Rio Grande

do Sul, impedido de contrair empréstimo junto ao Banco Mundial pelo excesso de gastos com pessoal dos outros poderes. Ele lembrou que o Distrito Federal viveu situação semelhante, mas o governador José Roberto Arruda, de seu partido, “exigiu duras medidas para sanear as finanças a fim de se enquadrar nos limites fixados pela lei”.

## Colombo quer atualizar fórmula adotada

Estabelecer uma fórmula mais adequada para o cálculo do limite de endividamento e acelerar a análise das propostas de empréstimos externos para os municípios são o foco do PRS 2/09, de Raimundo Colombo (DEM-SC). O projeto obriga o Ministério da Fazenda a adotar o conceito de receita corrente líquida (RCL) nas análises da capacidade de endividamento e a enviar os processos para exame pelo Senado no prazo máximo de um mês.

Colombo explica que o ministério

continua usando o conceito de receita líquida real (RLR), criado em 1999 por medida provisória e abandonado pela Lei de Responsabilidade Fiscal e por todas as resoluções do Senado. A RCR é sempre menor que a RCL e reduz o limite de endividamento, comparativamente à RCL (veja matéria).

– Não tem sentido que os municípios continuem submetidos a um critério de avaliação já abandonado tanto pela lei complementar como pela resolução específica do Senado – reforça o senador.

## 2016, prazo fatal para endividados

Para que qualquer ente da Federação (União, estados, Distrito Federal ou municípios) possa contratar empréstimos, internos ou externos, é exigido o cumprimento de vários requisitos. As principais normas estão definidas na Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar 101/00) e nas resoluções 40 e 43, ambas de 2001, e 48/07, do Senado.

Pela LRF, a despesa total com pessoal não pode ultrapassar o limite de 50% da receita corrente líquida (RCL), para a União, e de 60%, para estados, Distrito Federal e municípios. A receita corrente líquida é a soma das receitas de impostos, contribuições e outras receitas que possam ser usadas no curto prazo.

Já as resoluções do Senado determinam que, para o Distrito Federal, estados e municípios:

– o valor total dos empréstimos tomados em um exercício financeiro não pode ser superior a 16% da sua RCL; – o comprometimento anual com todas as dívidas não pode exceder 11,5% da RCL; e

– a dívida consolidada líquida (DCL), total das obrigações financeiras no período, não pode ser duas vezes maior que a RCL, no caso dos estados e do

Distrito Federal, ou 1,2 vez, para os municípios.

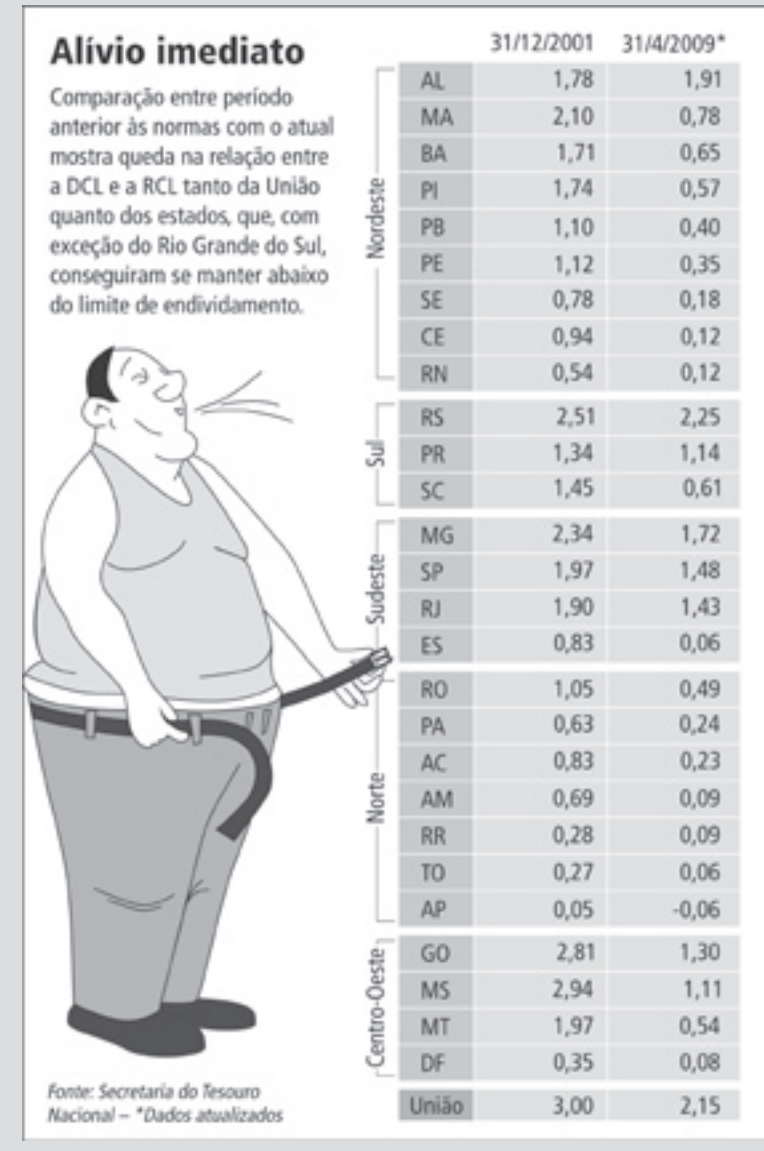
As regras não se aplicam a alguns tipos de empréstimos, como os previstos nos programas de ajuste fiscal da década de 1990. Além do mais, estados e municípios que estavam excessivamente endividados em 2001 têm até 2016 para se enquadrarem nas normas. Enquanto isso, eles podem obter novos financiamentos, desde que estejam cumprindo os ajustes previstos.

Já para a União (governo federal, estatais, autarquias etc.), embora ainda não se tenha fixado um limite para o endividamento total, há limites para o volume de operações que podem ser contratadas em cada exercício:

– elas não podem exceder o total das despesas de capital (são as despesas com investimentos e pagamento de dívidas); e

– não podem ser superiores a 60% da RCL do governo federal.

Veja no quadro a situação de cada estado, antes e depois das resoluções do Senado. Pelas regras, e ressalvadas as exceções legais, aqueles com a relação DCL/RCL maior que dois não poderiam, à época (o limite varia constantemente), obter novos empréstimos.



## Maiores parceiros são o BID e o Banco Mundial

Em volume de recursos e em número de projetos, os maiores financiadores internacionais dos projetos brasileiros são o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e o Banco Mundial (World Bank), este último por meio do Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento (Bird).

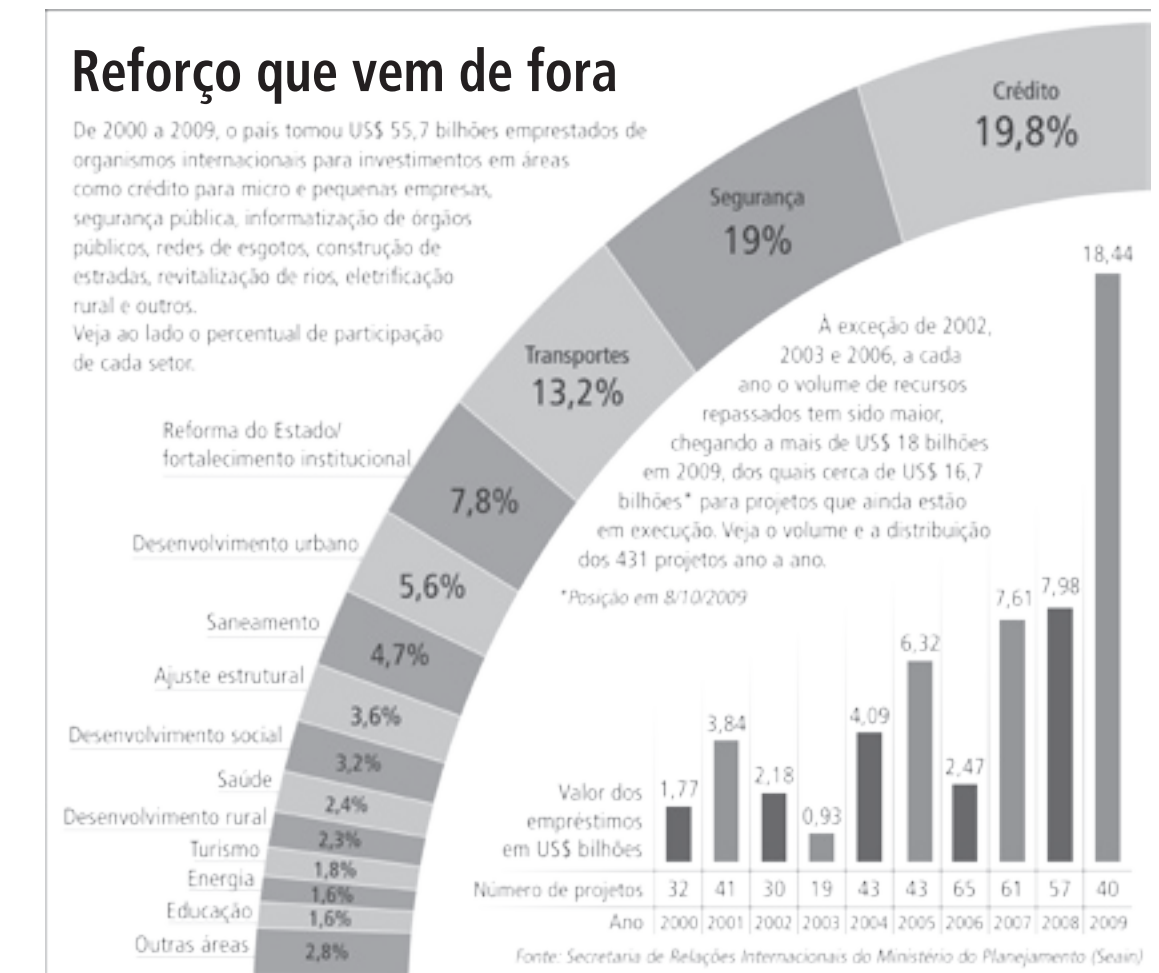
O Brasil é sócio dessas instituições, contribuindo para a formação do seu capital. Quanto maior a participação financeira do país, maior o poder de decisão sobre o que, em que condições e para quem financiar. Segundo Carlos Lampert, secretário-adjunto da Secretaria de Relações Interna-

cionais do Ministério de Planejamento (Seain), o Brasil é o segundo país que mais contribui com recursos para o BID, ficando atrás apenas dos Estados Unidos, e o maior tomador de empréstimos da instituição. Em 2008, o país tomou emprestado cerca de 100 vezes o volume de recursos que destinou ao BID.

Outras instituições que financiam projetos brasileiros são a Corporação Andina de Fomento (CAF), o Fundo Internacional para Desenvolvimento da Agricultura (Fida), o Fundo Financeiro para o Desenvolvimento da Bacia do Prata (Fonplata), o Banco Japonês para Cooperação

Internacional (Jbic), a Agência de Cooperação Internacional do Japão (Jica), o alemão Instituto de Reconstrução de Crédito (KfW) e o banco italiano Unicredit Mediocredito Centrale (Mediocredito).

Conforme dados de outubro fornecidos pela Seain, estão em execução no país 129 projetos financiados com recursos internacionais, num valor total de US\$ 16,7 bilhões (apenas o valor do empréstimo, desconsiderada a contrapartida exigida). Mais de US\$ 32,3 bilhões em propostas de empréstimos para financiamento de projetos estão tramitando (veja gráfico nesta página).



## Prioridade agora é financiar estados e municípios

A atuação dos financiadores e o volume de recursos destinados são discutidos com o governo de cada país e definidos em documento estratégico, em geral vinculado ao planejamento de longo prazo do país, como o brasileiro Plano Plurianual (PPA). Atualmente, segundo Carlos Lampert, do Ministério do Planejamento, a estratégia definida pelo Brasil em conjunto com os organismos internacionais consiste em direcionar recursos para projetos de estados e municípios.

Por essa razão, ainda de acordo com Lampert, hoje o governo federal, como sócio das instituições internacionais, acabou por tornar-se credor dos empréstimos externos realizados pelos demais entes da Federação. Ainda assim, em razão de projetos aprovados anteriormente, a esfera federal aparece como destinatária de boa parte dos recursos para projetos já em execução.

## Processo de contratação pode levar até dois anos

A contratação de um empréstimo externo não é nada simples. Começa em geral com um contato informal entre a União, estado ou município e a instituição de crédito, para avaliar, entre outros itens, se há capital disponível e se a instituição tem interesse no projeto. Feito isso, o candidato ao empréstimo dá entrada numa carta-consulta na Comissão de Financiamentos Externos do Ministério de Planejamento (Cofix), da qual participam também os ministérios da Fazenda e das Relações Exteriores, além do Banco Central. Ai são analisados prazo e juros, o limite de endividamento, a adimplência do candidato e as características do projeto pretendido, como sua compatibilidade com o Plano Plurianual (PPA) etc. Se aprovada a carta-consulta, a Cofix recomenda ao financiador que prepare e apresente o projeto e as minutas contratuais. Segue-se então a fase de negociação dos contratos entre representantes do governo federal, do candidato ao empréstimo e do financiador. Acertadas as condições contratuais, a proposição segue para a avaliação do Senado. Os projetos de resolução para os empréstimos são primeiramente votados pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) e depois pelo Plenário. Eles não são examinados pela Câmara. Aprovadas no Senado, as minutas seguem para o Executivo federal para que sejam providenciadas as garantias, se necessárias, e os avais, já que para todo empréstimo externo é preciso aval da União. Da entrada na carta-consulta até a assinatura dos contratos, o processo em geral leva entre um e dois anos.



Para Romero Jucá (E), importante são as condições na hora de assinatura do contrato, e não quando se pede o financiamento. Emenda de Antonio Carlos Júnior condiciona as autorizações à comprovação posterior de adimplência



## CAE aprova mudança nos critérios de autorização

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) aprovou projeto de resolução (PRS 62/09) que altera as regras para a concessão de garantias pela União para operações de crédito externo de estados e municípios, permitindo que a comprovação de adimplência seja exigida apenas na assinatura do contrato. Pelas regras em vigor, a comprovação de adimplência tem que ocorrer antes da chegada do pedido de empréstimo ao Senado (veja na página 7 o processo de concessão de empréstimos).

Romero Jucá (PMDB-RR), autor do projeto, disse que é

preciso criar condições para que, enquanto as exigências são analisadas, o ente federado possa regularizar sua situação perante a União. “Em vez de estar adimplente na hora da análise do financiamento, tem que estar na assinatura do contrato”, propõe o senador.

O relator Antonio Carlos Júnior (DEM-BA) incluiu no texto dispositivo que condiciona as autorizações do Senado para os inadimplentes contratarem empréstimos à efetiva comprovação posterior da adimplência. A proposta segue ao exame do Plenário em regime de urgência.

Ao contrário do projeto de 2009, o PRS 84/07, também de Romero Jucá, trata do limite global de endividamento da União e está parado na comissão desde 2007, pendente de votação de uma emenda de Arthur Virgílio (PSDB-AM).

Virgílio considera alto o limite de endividamento proposto, de 3,5 vezes a receita corrente líquida (RCL), e propôs sua redução para duas vezes. “O limite de 3,5 vezes é demasiado alto, consistindo numa verdadeira autorização para o governo gastar e endividar-se”, avalia o senador.



# Ensino obrigatório ampliado e com mais recursos

Senado deve votar este mês projeto que acaba com a possibilidade de o governo remanejar para outras áreas as receitas constitucionais destinadas à educação. Medida deve injetar por ano R\$ 10 bilhões no ensino público a partir de 2011

O Plenário deve aprovar ainda este mês o fim da Desvinculação de Receitas da União (DRU) sobre os recursos para a educação, garantindo que 18% da arrecadação de impostos federais sejam destinados ao ensino público, como previa a antiga Emenda Calmon. A proposta está incluída na pauta desta terça-feira. Antes dela, o Plenário precisa deliberar sobre três medidas provisórias.

A PEC 277/08 (originalmente 96-A/03) define a extinção gradual da DRU, reduzindo dos atuais 20% para 12,5% este ano, 5% no próximo e sua eliminação em 2011, conforme entendimento com a área econômica do governo (veja à direita).

Autora da proposta original, Ideli Salvatti (PT-SC), líder do governo no Congresso, aposta que o fim da DRU será promulgado este mês, como negociado com o ministro da Educação, Fernando Haddad, permitindo

que cerca de R\$ 4 bilhões retornem aos cofres do ministério ainda em 2009. A partir 2011, serão 10,4 bilhões a mais por ano.

— Não tenho dúvida que temos capacidade de construir um acordo com os líderes aqui no Senado para, no mês de outubro, fazermos a votação final no Plenário — disse Ideli.

A volta da obrigatoriedade de destinar um percentual da receita para a educação é uma luta histórica que começou com a Constituição de 1934, foi derrubada nos períodos autoritários, revigorada na Constituição liberal de 1946 e no final do último governo militar com a Emenda Calmon (1983), e consagrada na Constituição de 1988 (veja abaixo). Criada em 1994, com o nome de Fundo Social de Emergência (FSE), a DRU subtraiu à educação entre 1998 e 2007 cerca de R\$ 43 bilhões, segundo o Conselho Nacional de Educação.



Ideli aposta em votação rápida para aumentar recursos ainda em 2009

Ano	Percentual retido pela DRU	Recursos para educação*	Acréscimo com as mudanças na DRU
2009	20%	R\$ 20,928 bi	—
2009 (com a PEC)	12,5%	R\$ 24,849 bi	R\$ 3,921 bi
2010	5%	R\$ 28,771 bi	R\$ 7,843 bi
2011	0%	R\$ 31,386 bi	R\$ 10,458 bi

(\* Com base no Orçamento de 2009)

## Estado é obrigado a oferecer vagas para todos os jovens de 4 a 17 anos

As modificações negociadas na Câmara asseguraram o acréscimo de mais cinco anos ao ensino obrigatório no país, inserindo mais 3,5 milhões de crianças e adolescentes nas salas de aula das escolas públicas. O Brasil terá de ampliar a faixa atual de seis a 14 anos para atendimento gratuito e obrigatório dos quatro aos 17 anos, enquadrando-se nas recomendações da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) e do Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef).

Essa decisão deve beneficiar principalmente as crianças na faixa pré-escolar, de quatro e cinco anos de idade, das camadas mais pobres da população, na avaliação do consultor do Senado João Monlevade (veja na pág. 5). Na visão de Ideli Salvatti, o reforço de recursos também ajuda a resolver o grande gargalo do ciclo educacional, que é o ensino médio. Confor-

me dados divulgados pelo MEC, 18% dos jovens de 15 a 17 anos estão fora das escolas, principalmente das camadas mais carentes. Enquanto a frequência é de 94% entre os jovens da faixa dos 20% mais ricos da população, ela cai para 78% entre os 20% mais pobres.

Outra mudança importante do substitutivo da Câmara foi estabelecer no texto constitucional que o planejamento educacional é uma política de Estado e não de governo, com duração de dez anos, não sendo subordinado, portanto, ao Plano Plurianual (PPA). Também prevê que os recursos para a universalização sejam aplicados de forma a garantir padrão de qualidade e equidade no ensino público.

O texto estabelece ainda que haverá meta de aplicação de recursos em proporção ao produto interno bruto (PIB). O Brasil, segundo Haddad, precisa aplicar mais de 5% do PIB.



Assim como milhões de outras no país, crianças da Escola Estadual José Mendes Martins, em Mato Grosso, poderão ser beneficiadas pelo projeto que tem o objetivo de aumentar do número de anos que o brasileiro fica na escola

## Área econômica pediu desvinculação gradual

O acordo para resgatar a vinculação de recursos para a educação foi fechado com a área econômica do governo no início do ano e prevê menor impacto da redução da DRU em 2009. O texto original de Ideli Salvatti previa a queda para 10%, metade dos atuais 20%, já este ano. Mas o ministro do Planejamento, Paulo Bernardo, só aceitou reduzir para 12,5%, segundo informou o ministro Fernando Haddad, da Educação, em audiência na Câmara.

A DRU para a receita que vai para a educação acaba mesmo em 2011. Esse retorno dos recursos para o setor educacional ocorre no momento em que, conforme o ministro, será discutido o novo Plano Nacional de Educação (PNE) com metas

para o período 2011/2020. Entre elas, está a expansão da obrigatoriedade e a universalização do ensino no país de quatro a 17 anos — meta a ser atingida até 2016 —, acrescentando cinco anos à exigência atual de seis a 14 anos.

A mudança faz parte do texto construído na Câmara pelo relator, deputado Rogério Marinho (PSDB-RN), com participação direta do Ministério da Educação, em articulação com a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) e com o Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef). Esses organismos internacionais estão empreendendo esforço, como lembrou Haddad, para ampliar a obrigatoriedade do ensino em todo o continente e assegurar

verbas para isso.

De acordo com o representante da Unesco, Vincent Defourny, pesquisas apontam que a América Latina precisaria aumentar em 16% o investimento em educação, de 2005 até 2015, para universalizar a educação pré-escolar e fundamental, o acesso de 75% dos jovens à educação secundária e a erradicação do analfabetismo adulto.

— O fim da DRU, o momento demográfico [com a redução do número de crianças e jovens em relação à população do país] e a maturidade na reflexão sobre a necessidade de melhoria do ensino no Brasil trazem uma janela de oportunidades que as autoridades brasileiras não podem perder — avaliou Defourny.

## Senado já discute a volta do tempo integral

Dois PECs tramitam no Senado com o objetivo de reinstaurar a jornada em tempo integral nas escolas brasileiras, exigência que vigorou no país até meados da década de 1920. A de Demostenes Torres (PLS 94/03), já com parecer favorável da CCIJ, torna obrigatório o período integral para o ensino fundamental, a ser implantado pelos estados e municípios até 2022.

O relatório assinado por Eduardo Azeredo (PSDB-MG) e Antonio Carlos Júnior (DEM-BA) incluiu emenda que garante 1% da receita do Imposto de Renda e do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) como fonte para financiar a implantação da jornada integral nos municípios.

A outra proposta (PEC 74/05), de Cristovam Buarque (PDT-DF), estende o tempo



Cristovam: poupança educacional

integral para o ensino médio e infantil (creche e pré-escola). Cria a Poupança Educacional do Brasil, constituída por 2% da arrecadação federal obtida entre 2009 e 2018. A matéria ainda está sendo examinada na CCIJ pelo relator, Adelmir Santana (DEM-DF).

Após iniciativas como as de Anísio Teixeira, no Distrito Federal, e de Darcy Ribeiro, com os Cieps no Rio de Janeiro, persistem no país experiências isoladas. Estudo do consultor João Monlevade mostra que, em 2007, somente 7% das matrículas eram para período superior a cinco horas diárias. Apenas três — Olímpia e Teodoro Sampaio (SP) e Porecatu (PR) — dos 50 municípios com mais de mil matrículas em tempo integral decidiram pela jornada integral apenas no ensino fundamental.

## Luta para que os recursos destinados à educação sejam "carimbados" começou em 1934

O Brasil começou a discutir a necessidade de vincular recursos para a educação em 1921, durante a Conferência Interestadual do Ensino Primário, realizada no Rio de Janeiro por convocação do Ministério da Justiça. Mas ela só foi assegurada na Constituição de 1934, determinando que a União e os municípios aplicassem no setor 10% da receita de impostos, e os

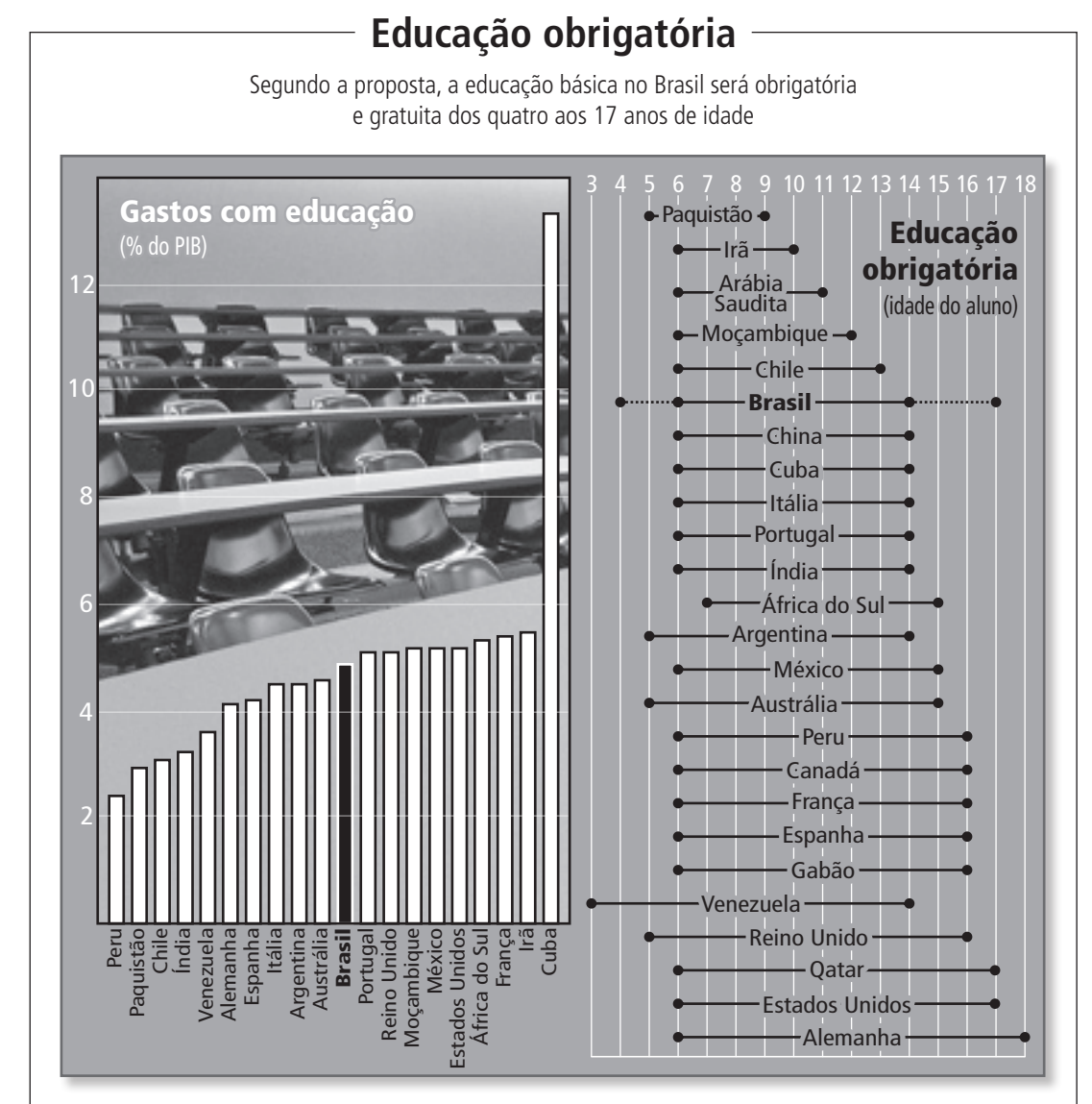
estados e o Distrito Federal, 20%. Nas zonas rurais, competia à União destinar 20% do Orçamento federal à educação.

Estudo do consultor da Câmara dos Deputados Paulo de Sena Martins mostra que esse preceito foi retirado nas constituições outorgadas em períodos de governos autoritários (como as de 1937, 1967 e a Emenda

1/69). E foi revigorado com a Constituição liberal de 1946 (que aumentou a participação dos municípios para 20%), com "os ventos da abertura" no final do último governo militar, por intermédio da conhecida Emenda Calmon (1983), e consagrada na Constituição de 1988.

De acordo com o estudo, a desvinculação de recursos

foi desastrosa para a educação. De 8,69% do Orçamento da União em 1968, os recursos minguaram a cada exercício até diminuir para 4,31% em 1975. Somente em novembro de 1983, com a estratégia de "colar" essa discussão à reforma tributária da época (conhecida como Emenda Passos Porto), o então senador João Calmon conseguiu aprovar sua emenda



## Na Venezuela, ensino começa aos três anos

Uma das maiores contribuições da PEC 277/08 (originalmente 96-A/03) é o acesso universal à pré-escola, na avaliação do consultor do Senado, João Monlevade, especializado na área educacional. Cerca de 30% das crianças brasileiras de quatro a cinco anos estão matriculadas no ano letivo que começou em setembro de 2009. Com a diferença de que lá, acrescentou, a pré-escola começa aos três anos de idade.

Na recente visita que fez ao país vizinho, o consultor identificou que, além de a Venezuela ter antecipado a obrigatoriedade (considerada a mais baixa entre os listados pela Unesco), cerca de 40% das salas de pré-escola

já funcionam em tempo integral. Além disso, há dois professores em sala para essa faixa escolar, o que no Brasil só acontece nas escolas particulares. "A consequência é acelerar a alfabetização e tranquilizar as famílias venezuelanas, cujas mulheres podem sair para trabalhar", exemplifica Monlevade.

No Brasil, essa possibilidade existe para as faixas mais abastadas da população, onde 91% das crianças frequentam a pré-escola. Na faixa dos 20% mais pobres, essa frequência é de apenas 62%, com uma diferença de 29 pontos percentuais a menos do que os 20% mais ricos, conforme

dados divulgados pelo ministro da Educação, Fernando Haddad. "A frequência na pré-escola aumenta em 32% a chance de conclusão do ensino médio", diz o ministro.

Outro aspecto importante, segundo João Monlevade, é que países da América Latina, Chile e Uruguai, e vários países africanos estão resgatando a escola em tempo integral. Em Cuba, informa ele, o sistema vigora desde a década de 1970. "Quase todos os países do mundo oferecem ensino obrigatório em tempo integral. Essa discussão o Brasil vai ter de enfrentar", afirma o consultor.

**30% das crianças de 4 a 5 anos estão fora da pré-escola no Brasil**



# educação



Cristovam entre participantes do seminário realizado pela Comissão de Educação para comemorar o Dia da Leitura

## Incentivo à leitura deve ser prioridade de todos

Governo e sociedade discutem tema no Senado e concluem que é preciso formar mais parcerias para ampliar acesso da população aos livros

O hábito da leitura pode ser um eficiente instrumento de desenvolvimento do país e deve ser incentivado com programas de governo e por meio de parcerias com o setor privado, sugeriram especialistas em seminário sobre a expansão do acesso à leitura, promovido pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte.

No seminário, em comemoração ao Dia Nacional da Leitura, (12 de outubro), eles também

defenderam a implantação, pelo Executivo, e a manutenção, pelo setor privado, de bibliotecas em todos os municípios.

O seminário foi ideia dos senadores Flávio Arns (PSDB-PR) e Cristovam Buarque (PDT-DF), autor de projeto – em tramitação na Câmara dos Deputados – que cria o Programa Cesta Básica do Livro, visando garantir um acervo mínimo de leitura para famílias de estudantes da rede pública.

Para o secretário-executivo do Ministério da Cultura, Alfredo Manevy, o hábito da leitura é prioridade nacional e pode contribuir para reduzir a desigualdade social entre os brasileiros.

Estudo de 2007 realizado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), em parceria com o Instituto Ecofuturo, mostrou que a implantação de bibliotecas levou à redução da evasão escolar em 55 escolas pesquisadas.

## Senadores sugerem medidas para incentivar o hábito

O setor privado tem implantado projetos para estimular a leitura, enquanto o setor público não desempenha de forma eficiente seu papel de aprimorar a educação, acredita o senador Cristovam Buarque. Ele elogiou as iniciativas da sociedade, mas disse acreditar que somente uma atuação efetiva do Estado poderá realizar uma revolução na área da educação.

A afirmação de que o brasileiro não gosta de ler é um mito, na opinião do senador Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC). Ele contou que experiência de distribuição no Acre de cursos em fascículos sobre Política, História, Sociologia e Filosofia, impressos na Gráfica do Senado, mostrou o interesse da população em aprimorar o conhecimento.

A senadora Marisa Serrano

(PSDB-MS) observou que a população poderá ser beneficiada se ações semelhantes forem realizadas por todos os parlamentares e pelos empresários brasileiros.

Roberto Cavalcanti (PRB-PB) e Sérgio Zambiasi (PTB-RS) defenderam o estímulo à prática de contar histórias como recurso para desenvolver o hábito de leitura entre as crianças.

## Ministro Fernando Haddad garante segurança do Enem em dezembro

O ministro da Educação, Fernando Haddad, informou que, pelas apurações feitas até agora, uma mudança no local de impressão das provas do Exame Nacional de Ensino Médio (Enem) permitiu a tentativa de fraude, que causou o adiamento do teste (originalmente marcado para 3 e 4 de outubro) para 5 e 6 de dezembro. Haddad, por iniciativa própria, compareceu à CE a fim de debater o assunto com os senadores e garantiu a segurança da prova na sua nova data.

Segundo Haddad, a Polícia Federal (PF) concluiu que a mudança da gráfica de São Paulo para outro local, sem que o ministério fosse informado e sem as condições de segurança acertadas no plano original, permitiu a fraude.

Ele acrescentou não haver dúvidas quanto ao fato de o consórcio de empresas vencedor da licitação para realização das provas do Enem ter de responder, por uma questão contratual, pela falta de segurança na manipulação das provas. “Isto é incontornável”, resumiu o ministro.



Senadores como Flávio Arns (D) elogiaram a agilidade de Haddad para resolver fraude no Enem

Haddad revelou que o MEC aguarda o inquérito da PF para instalar auditoria interna para apurar possível participação de servidores. Essa auditoria, detalhou, será acompanhada pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), que organiza o Enem.

Senadores do governo e da oposição elogiaram a agilidade com que o MEC ofereceu uma saída para o problema. Em resposta a Flávio Arns (PSDB-PR), o ministro disse que irregularidades em exames para ingresso em universidades e órgãos públicos “não são tão raras”. Ele sugeriu um debate que possa suscitar a revisão da tipificação criminal desse tipo de fraude, que prejudica milhões de pessoas.

## No Dia do Professor, muitas homenagens em Plenário

Os senadores comemoraram no dia 15, antes da sessão, o Dia do Professor, por sugestão de Cristovam Buarque. Foram lembrados alguns dos maiores educadores do país, como Anísio Teixeira, Darcy Ribeiro, Gustavo Capanema, João Calmon e Paulo Freire, “que prestaram seus esforços para a melhoria da educação brasileira”, recordou o senador.

Cristovam afirmou que o Dia do Professor deve ser comemorado como um dia de luta para que as 200 mil escolas e os 2,5 milhões de professores obtenham a qualidade e a valorização necessárias para fazer uma revolução educacional. Admitiu, no

entanto, que essa revolução só acontecerá se for assumida como prioridade pelos governantes brasileiros.

– Ninguém privadamente fará a revolução educacional no Brasil – avalia.

Também homenagearam os professores e cobraram mais atenção e recursos para a educação os senadores Heráclito Fortes (DEM-PI), Flexa Ribeiro (PSDB-PA), Aloizio Mercadante (PT-SP), Ideli Salvatti (PT-SC), Marisa Serrano (PSDB-MS), Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR), Eduardo Suplicy (PT-SP), Fátima Cleide (PT-RO) e Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC).

## Projeto permite que bolsista do ProUni troque de faculdade

A CE aprovou o projeto de lei da Câmara (PLC 151/08) que permite ao estudante com bolsa do Programa Universidade para Todos (ProUni) pedir transferência para outra faculdade. A proposta, relatada pelo senador Alvaro Dias (PSDB-PR), será ainda submetida ao Plenário. Para que se permita a transferência, é preciso que existam na nova instituição bolsa e curso idênticos aos que o aluno já recebeu.

Outro projeto aprovado pela Comissão de Educação, o PLS 265/08, de Osmar Dias (PDT-PR), exclui, para efeito da Lei de Responsabilidade Fiscal, do conceito de receita corrente líquida dos estados e municípios os gastos com folha de pagamentos e as receitas de transferência do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais de Educação (Fundeb).

## Professor público terá facilitado acesso a curso superior

Os professores públicos concursados, da educação básica, terão facilitado seu acesso a cursos superiores de pedagogia e licenciatura, determina o PLS 322/08, do senador Cristovam Buarque, aprovado em decisão terminativa pela CE.

Segundo o projeto, poderão pleitear vagas por meio de um “processo diferenciado” os professores com três anos de profissão. Terão prioridade aqueles que optarem por cursos de licenciatura em matemática, física, química, biologia e língua portuguesa.

Também em decisão terminativa, a CE aprovou o PLS 2/07, do senador Osmar Dias, que permite que a União possa “supletivamente” participar do financiamento das universidades e faculdades estaduais e municipais que ofereçam cursos gratuitos.

### CONSELHEIROS REMUNERADOS

Os membros dos conselhos tutelares do Menor devem ser remunerados de acordo com o mercado de trabalho, caso atuem em regime de dedicação exclusiva. Projeto (PLS 97/09) de Raimundo Colombo (DEM-SC) aprovado pela Comissão de Assuntos Sociais estabelece que esses profissionais poderão contribuir para o Regime Geral de Previdência Social, para ter direito à proteção adequada da legislação trabalhista e previdenciária. A relatora foi a senadora Rosalba Ciarlini (DEM-RN).

### CABELEIREIRO E MANICURE

Três propostas na área trabalhista também foram aprovadas na semana passada pela CAS, entre elas a regulamentação das profissões de cabeleireiro, barbeiro, esteticista, manicure, pedicure, depilador e maquiador (PLC 112/07). Outra proposta (PLS 175/06) dispensa da multa de 40% sobre o saldo do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), nas demissões sem justa causa, a pessoa que der aos empregados domésticos a opção de aderir ao fundo.

### UNIVASF EM MINAS

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) aprovou projeto (PLS 531/03) do senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG) que autoriza a Universidade Federal do Vale do São Francisco a atuar nos municípios mineiros do vale. A legislação em vigor limita a atuação da Univasf ao semiárido nordestino. A Univasf oferece cursos e desenvolve pesquisas prioritariamente em áreas ligadas à recuperação e à qualidade das águas do rio e ainda à melhoria das condições de vida das populações ribeirinhas.

### HISTÓRIA INDÍGENA

Um debate no dia 11 de novembro, na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH), reunirá as secretarias de educação dos estados e municípios para discutir as metas estabelecidas pela Lei 11.645/08, que torna obrigatória a inclusão no currículo oficial da rede de ensino a história e a cultura indígenas. O encontro será transmitido às assembleias legislativas por videoconferência com a ajuda do Programa Interlegis do Senado.



## comissões

### Base na Antártica usará energia limpa

O Brasil tem investido no uso de fontes alternativas de energia em sua base na Antártica, explicou o capitão-de-mar-e-guerra José Robson Medeiros na Comissão sobre Mudanças Climáticas. Hoje, a Estação Comandante Ferraz queima combustível. A intenção é substituí-lo por fonte eólica e fotovoltaica. Medeiros observou que ainda há controvérsias se é a ação humana que está alterando o clima do planeta.

### Comissão verifica Metas do Milênio

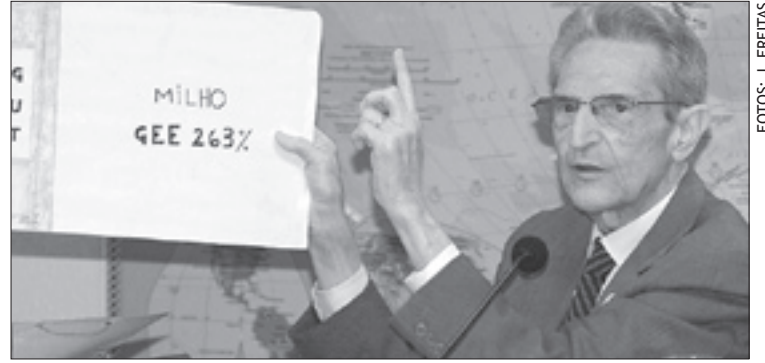
A Comissão Temporária de Acompanhamento das Metas do Milênio realizará debates com representantes do governo e de organismos ligados à Organização das Nações Unidas (ONU), além de integrantes de organizações sociais. A ideia é tomar conhecimento do que foi feito no país desde 2000 para o cumprimento dessas metas, que deverão ser atingidas até 2015 e estão relacionadas a oito grandes objetivos sociais e ambientais.

### Hospitais precisam ter soro antiofídico

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) aprovou proposta (PLS 667/07) da senadora Marisa Serrano (PSDB-MS) que torna obrigatória a manutenção, em hospitais que disponham de atendimento de urgência, de estoques de soros antiofídicos e imunoglobinas, bem como de vacinas antitetânica e antirrábica. (Leia matéria sobre a raiva humana na pág. 16.)



Cassel (E) diz que "nenhum órgão é mais auditado" que seu ministério. Arruda Sampaio promete questionar no STF eventual mudança em critério de produtividade



FOTOS: J. FREITAS

# Cassel nega que ministério tenha repassado R\$ 115 milhões ao MST

Ministro do Desenvolvimento Agrário afirma que convênios são fiscalizados por TCU, Ministério Público, Controladoria-Geral da União e Judiciário e que dinheiro, na verdade, foi transferido para outras entidades

O governo federal não repassa recursos ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) ou a qualquer outro movimento social, garantiu o ministro do Desenvolvimento Agrário, Guilherme Cassel, aos senadores da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA).

– A legislação estabelece quem pode ou não convênios com o governo federal. Todos os convênios do ministério e do Inbra

são fiscalizados pelo Ministério Público, pela Controladoria-Geral da União, pelo Tribunal de Contas da União e pelos tribunais estaduais. Nenhum órgão é mais auditado, e temos sido muito rigorosos na destinação de recursos públicos – afirmou Cassel.

O ministro negou que sua pasta tenha repassado R\$ 115 milhões ao MST, como divulgado pela imprensa. Cassel esclareceu que mais da metade dos recursos citados foram direcionados a

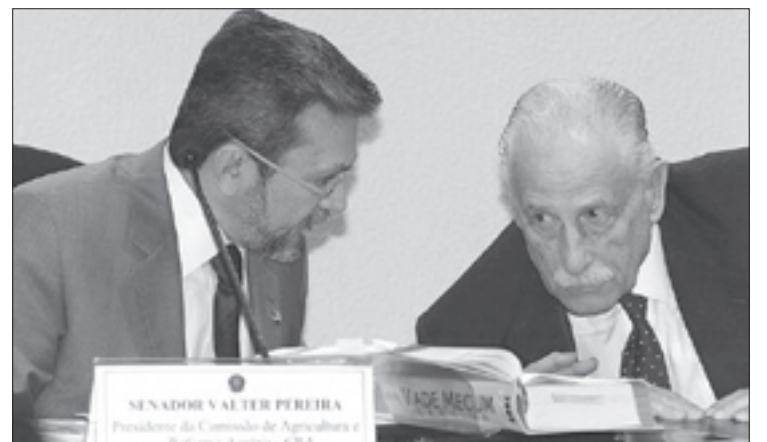
Empresas de Assistência Técnica e Extensão Rural (Emateres) dos estados. Outra parte foi encaminhada a duas entidades que promovem assentamentos rurais, por exigência do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), em acordo firmado no governo do presidente Fernando Henrique Cardoso. O restante, detalhou, foi encaminhado para as federações de Trabalhadores na Agricultura (Fetag) de Mato Grosso, Bahia e São Paulo.

No mesmo debate, o presidente da Associação Brasileira de Reforma Agrária (Abra), Plínio de Arruda Sampaio, disse que recorrerá ao Supremo Tribunal Federal (STF) se o Congresso aprovar projeto que muda os parâmetros para definição dos índices de produtividade rural (leia abaixo). A proposição (PLS 202/05), da senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO), foi aprovada pela CRA e encaminhada ao Plenário.

### Uso de índice de produtividade rural divide opiniões

A discussão sobre o índice de produtividade rural dividiu participantes do debate realizado na CRA. Índices de produtividade são indicadores usados para verificar se propriedades rurais são utilizadas de forma racional e adequada – condições para a chamada função social, parâmetro para desapropriação visando à reforma agrária.

Enquanto o presidente da Abra, Plínio de Arruda Sampaio, defendeu os atuais critérios constitucionais, focados no uso da terra e na função social da propriedade, Luiz Hafers, ex-presidente da Sociedade Rural Brasileira (SRB), disse que o índice em vigor “é uma implicância



Valter Pereira (E), presidente da CRA, e Luiz Hafers, ex-presidente da Sociedade Rural Brasileira, para quem critério atual “é uma implicância com o produtor”

com o produtor”. O ministro Guilherme Cassel disse que é preciso “encontrar um ponto de equilíbrio

que não represente risco para ninguém”. Leia mais em [www.senado.gov.br/jornal](http://www.senado.gov.br/jornal).

## ambiente legal

### Meta do Brasil contra aquecimento

O ministro do Meio Ambiente, Carlos Minc, apresentou ao presidente Lula uma proposta de reduzir em até 40% as emissões totais de gás carbônico do Brasil até 2020, prevendo-se um crescimento econômico de 4%

ao ano. Se for aceita, a proposta será levada à conferência da ONU em Copenhague, em dezembro, como a meta brasileira contra o aquecimento global, trazendo as emissões, em 2020, de volta aos níveis de 1990.

### Bilionário negócio verde

O bilionário George Soros promete investir US\$ 1 bilhão em tecnologia de energias limpas, além de criar uma consultoria sobre emissões, que vai receber recursos de US\$

10 milhões anuais até 2019. Soros diz que está à procura de bons negócios, mas quer “contribuir para solucionar o problema da mudança climática”.

### Celular oferece riscos?

As pesquisas realizadas até agora não comprovam o risco de telefones celulares provocarem tumores, sobretudo cerebrais, embora alguns estudos sugiram que possa haver associação entre o uso de

celular e o câncer, segundo uma equipe do Centro Nacional de Câncer da Coreia do Sul. O grupo examinou 23 estudos publicados envolvendo mais de 37 mil pessoas em diversas partes do mundo.

### Explosão de consumo

O uso de celulares e de telefones sem fio explodiu nos últimos anos, alcançando em torno de 4,6 bilhões de assinantes no

mundo todo, de acordo com a International Telecommunication Union, agência da Organização das Nações Unidas.

### Álcool quer regras claras e menos impostos

Os produtores defendem regras claras e menos impostos para garantir a participação do álcool na matriz de combustíveis. O presidente da União da Indústria de Cana-de-Açúcar (Unica), Marcos Jank, ressalta a função social do setor do etanol, além da importância econômica e da contribuição para a saúde pública, já que produz um combustível com baixa emissão de gases.



## debates



Mão Santa justifica entrada de médicos na política e Mozarildo sugere escolas de medicina no interior

## Senadores lembram o Dia do Médico

Mão Santa e Mozarildo ressaltam importância da profissão e distribuição desigual de médicos no país

Formado em Medicina, o senador Mão Santa (PSC-PI) homenageou os colegas de profissão na última sexta-feira pela passagem do Dia do Médico, comemorado no último dia 18. Após registrar que, na política, teve a oportunidade de exercer os cargos de prefeito e de governador de seu estado, em duas oportunidades, até chegar ao Senado, ele declarou seu orgulho pelo exercício anterior das funções de médico-cirurgião.

– Abdicaria de todos os títulos que tive ao longo da minha vida, menos de ter sido um médico, um bom médico – disse.

Mão Santa lembrou o conceito de saúde estabelecido pela Organização Mundial da Saúde (OMS) para justificar por que tantos médicos entram na vida política – o maior exemplo de todos, observou, é o do ex-presidente Juscelino Kubitschek. O princípio adotado pela OMS é de que saúde não é apenas a ausência de doença, mas o completo bem-estar físico, mental e social.

– É na política que podemos fazer o bem-estar social, combater o pauperismo, a miséria e a fome – justificou.

Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) lembrou que mais de 400 municípios brasileiros não contam com nenhum médico. Ele chamou a atenção para a distribuição desigual, no país, dos profissionais de saúde, especialmente nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste. Mozarildo, que também é médico, afirmou que é preciso formular uma política para garantir que todas as regiões atendam ao índice recomendado pela Organização Mundial da Saúde, de um médico para cada mil habitantes.

– Incentivar os novos médicos, formados nas regiões mais ricas, a se deslocarem para regiões pobres ou carentes, reequilibrando o índice de distribuição dos médicos para o país, deve ser uma prioridade para o governo brasileiro – recomendou Mozarildo, ao sugerir a criação de escolas de medicina longe das áreas de grande concentração de escolas e profissionais.

## Maciel valoriza educação a distância

O papel da educação a distância na formação dos jovens e adultos foi ressaltado pelo senador Marco Maciel (DEM-PE) na sexta-feira. Ele lembrou que a política de educação do governo Fernando Henrique Cardoso universalizou o ensino fundamental no país a partir de 2000. O Brasil agora, assinalou o senador, precisa enfrentar o desafio da universalização do ensino médio. As autoridades, entretanto, observou, não estariam se preparando para essa nova etapa, por subestimarem o ensino a distância.

Maciel disse não querer supervalorizar o papel dessa modalidade de ensino, mas ponderou que ela não pode ser dispensada

porque é uma fonte subsidiária para a formação de novos quadros.

A educação a distância, segundo ressaltou o parlamentar, deve ser vista como uma possibilidade a mais de inserção social, ajudando assim na construção de uma sociedade mais justa e igualitária, na formação de cidadãos conscientes de seu papel político. Para um país com quase 200 milhões de habitantes, dois terços dos quais estão habilitados ao voto, é necessário, na opinião de Marco Maciel, fazer um esforço de difusão da tele-educação, para que o eleitor esteja cada vez mais capacitado a participar desse instrumento da democracia.

## Simon critica Lula e defende debate sobre fiscalização em obras do PAC

O senador Pedro Simon (PMDB-RS) criticou na sexta-feira afirmações do presidente Lula de que a Lei de Licitações e o Tribunal de Contas da União (TCU) atrapalhavam as obras do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). Como o presidente não convocou reunião que teria anunciado para debater o assunto, Simon sugeriu a realização de um grande debate no Senado sobre o tema, para o qual seriam convidados integrantes do Judiciário, do TCU, do governo e da sociedade.

Ele anunciou que levará a proposta do debate ao presidente da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, senador Renato Casagrande (PSB-ES), para que seja realizado pelo colegiado ou em conjunto com a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

– Esse assunto é sério demais. Essa

reunião tem que ser feita com urgência – defendeu Pedro Simon, argumentando não ser possível o Congresso se omitir diante das declarações duras do presidente da República contra o Tribunal de Contas.

Relator do substitutivo aprovado pelo Congresso, a partir de projeto do Executivo que resultou na Lei de Licitações (Lei 8.666/93), o senador disse que essa legislação foi considerada um grande avanço na época no que diz respeito à seriedade na condução da coisa pública, e decorreu de amplo debate com a sociedade e com o governo. Foi um período marcado por casos graves, lembrou Simon, como o da CPI dos Anões do Orçamento e o impeachment do então presidente da República.

O PT, de acordo com o senador, foi o partido que mais o apoiou e estimulou a aprovação da legislação.

## Heráclito condena ataques de Lula ao TCU

Heráclito Fortes (DEM-PI) criticou manifestações públicas do presidente Lula, que, vistoriando as obras de transposição do rio São Francisco, em Pernambuco, fez restrições à ação fiscalizadora do Tribunal de Contas da União.

– O que o presidente está fazendo é um absurdo. O TCU está fazendo um bem ao presidente da República e ao país em fiscalizar.

Para Heráclito, o presidente tem atacado o Congresso, a Justiça e a Igreja, inclinando-se agora a condenar a ação fiscalizadora do TCU. O senador disse que Lula ampara essa profusão de críticas na popularidade de que goza.

## João Pedro protesta contra crítica a viagem

João Pedro (PT-AM) protestou na sexta-feira contra a caracterização da viagem do presidente Lula ao Nordeste, para vistoriar as obras de revitalização e transposição das águas do rio São Francisco, como campanha eleitoral.

– O que querem a mídia e a oposição política? Que ele fique trancado no Palácio do Planalto durante os 14 meses que lhe restam para finalizar seu mandato? – indagou.

De acordo com o senador, o projeto no São Francisco pretende revitalizar o rio e dar nova dinâmica às atividades na região, visando melhorar a qualidade de vida das populações. As obras, observou, servirão como catalisador de progresso e não têm objetivos eleitorais.

## Presidente agradece “por não ter o que mostrar”

“O presidente Lula sai pelo país atirando para todo lado, agredindo instituições sérias como o TCU, por não ter o que mostrar em seu governo”, disse Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC) na sexta-feira. Ele se referia a declarações feitas pelo presidente da República à imprensa sobre relatório do tribunal que lista irregularidades em obras do PAC.

Mesquita Júnior também cobrou a implantação de escolas técnicas federais no Acre. Lembrou que aguardam votação na Câmara dois projetos seus prevendo a criação de uma escola agro-técnica, em Rio Branco, e uma escola técnica federal de construção naval, em Cruzeiro do Sul.

## Sadi Cassol agradece apoio ao Tocantins

Sadi Cassol (PT-TO) agradeceu ao presidente Lula o apoio ao Tocantins. De acordo com o senador, somente no período de 2006 a 2009 foram repassados ao estado R\$ 952,5 milhões. A maior parte dos recursos, conforme disse da tribuna na sexta-feira, está sendo usada em obras de caráter estruturante, que integram o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC).

– Os números revelam o compromisso do governo Lula com o estado do Tocantins, o que vem confirmar a visão de estadista do presidente e a sua firme decisão de trabalhar em prol da redução das desigualdades regionais e da justa distribuição de renda – afirmou Sadi Cassol.

## homenagem

### Senadores cobram votação de projetos em favor dos idosos

Apelos à aprovação de projetos que beneficiam os idosos, já aprovados pelo Senado e em tramitação na Câmara, dominaram os debates durante sessão do Congresso Nacional, na quinta-feira, em homenagem ao Dia Nacional e Internacional do Idoso, transcorrido em 1º de outubro. Os parlamentares também de-

fenderam maior valorização aos idosos, atenção à saúde e reajuste digno do valor das aposentadorias e pensões.

A sessão comemorou ainda os 24 anos de fundação da Confederação Brasileira de Aposentados e Pensionistas (Cobap). Autor, pelo Senado, do requerimento de realização da sessão conjunta, o senador

Paulo Paim (PT-RS) considerou os idosos “a maior força política deste país”. Ele defendeu a eliminação da Desvinculação de Recursos da União (DRU) sobre o setor e pediu o fim do fator previdenciário (PL 3299/08, que tramita na Câmara).

O presidente do Senado, José Sarney, que presidiu a sessão, citou iniciativas

em favor dos idosos e aposentados adotadas em sua gestão na Presidência da República.

Também participaram da sessão de homenagem Lúcia Vânia (PSDB-GO), Rosalba Ciarlini (DEM-RN), Mão Santa (PSC-PI), Flexa Ribeiro (PSDB-PA) e Cristovam Buarque (PDT-DF).



# institucional



Sarney (E) recebe a comissão de juristas, que será presidida pelo ministro Luiz Fux (à direita do senador), do STJ

## Juristas estudam reforma para agilizar a Justiça

Presidente do Senado institui comissão para elaborar, no prazo de 180 dias, anteprojeto destinado a modificar o Código de Processo Civil

Com o objetivo de dar maior agilidade à Justiça e ampliar a proteção dos direitos fundamentais do cidadão, uma comissão de juristas e acadêmicos irá elaborar anteprojeto destinado a reformar o Código de Processo Civil. O presidente do Senado, José Sarney, ao instituir o colegiado na última quarta-feira, explicou que o grupo trabalhará gratuitamente e deverá concluir o texto num prazo de 180 dias.

O atual Código de Processo Civil foi alterado 64 vezes, consistindo hoje em mais de

1.200 artigos. “Uma colcha de retalhos”, afirmou Sarney. Segundo integrantes da comissão, isso faz com que essa legislação seja “altamente responsável pela morosidade da Justiça”.

– A velocidade exigida pela sociedade pede um novo Código de Processo Civil. Só a partir dele poderão realmente ter efeito as medidas de agilização processual propugnadas pelo Conselho Nacional de Justiça, que está realizando um grande trabalho para resolver as pendências judiciais mais antigas – disse o senador.

Sarney lembrou que, à época de sua edição, em 1973, o código foi elaborado para regular conflitos que eram basicamente individuais, visto que então nem se falava em ações coletivas. Em sua opinião, existe hoje “um clamor nacional contra a ineficiência da administração da Justiça, motivada sobretudo pelo tempo enorme gasto na tramitação de processos”. Os integrantes do grupo disseram que seu propósito é obter menos formalismo e eliminar institutos que só retardam a prestação jurisdicional.

### Pernambucanos recebem livros com leis em braile

Instituições pernambucanas que trabalham com pessoas com deficiência visual receberam um kit com as constituições Federal e a do estado e o Código de Defesa do Consumidor, todos impressos em braile. O senador Marco Maciel (DEM-PE) fez a entrega – no último dia 9, no estande do Senado na 7ª Bienal Internacional do Livro de Pernambuco – à Associação Pernambucana dos Cegos (Apec), à Sociedade Beneficente dos Cegos do Recife (Sobecer) e ao Instituto Antonio Pessoa de Queiroz.

### Recorde de visitantes no Congresso

O Congresso recebeu 5.713 visitantes no fim de semana prolongado pelo feriado de 12 de outubro: 1.783 pessoas no sábado, 2 mil no domingo e 1.930 na segunda. De acordo com a Secretaria de Relações Públicas, o número superou o antigo recorde de 5.695 pessoas, alcançado também este ano, no fim de semana seguido pelo 7 de Setembro.

### Publicidade para informações sobre servidores da Casa

Segundo projeto aprovado na CCIJ, o Senado e seus órgãos supervisionados terão de divulgar, anualmente, no *Diário do Senado Federal* e no Portal da Transparência da Casa, a relação dos nomes dos servidores com os respectivos cargos e uma tabela com a remuneração relativa aos cargos. Não será admitida a divulgação que identifique a remuneração individual. A Mesa e o Plenário ainda analisarão a proposta de Eduardo Suplicy (PT-SP), com emendas do relator, Antonio Carlos Júnior (DEM-BA).

## presidência

### Diretor de Comunicação contesta dados de colunista

O diretor da Secretaria Especial de Comunicação Social do Senado (Secs), Fernando Cesar Mesquita, enviou ao colunista Cláudio Humberto nota sobre o desempenho legislativo do Senado de fevereiro até meados de outubro deste ano. Em sua coluna publicada na última quinta-feira, Cláudio Humberto afirma que o Senado aprovou em 2009 apenas 81 projetos e proposições, o que significaria a metade das matérias apreciadas pela Câmara dos Deputados. Na verdade, afirma Mesquita, o Senado aprovou, segundo levantamento efetuado pela Secretaria-Geral da Mesa também na quinta-feira, 486 proposições, já excetuadas propostas de concessão de serviços de telecomunicação, requerimentos e matérias rejeitadas. Segue a nota na íntegra:

“Levantamento efetuado pela Secretaria-Geral da Mesa, fechado nesta quinta-feira, dia 15, indica que o Senado Federal aprovou, de 2 de fevereiro até 14 de outubro do corrente ano, um total de 486 matérias, assim distribuídas: 186 projetos de lei do Senado (21 em Plenário e 165 em decisões terminativas nas comissões), 91 projetos de lei oriundos da Câmara dos Deputados (57 em Plenário e 34 em decisões terminativas nas comissões), 17 medidas provisórias, duas propostas de emenda à Constituição, 84 projetos de decreto legislativo, 35 projetos de resolução e 71 nomes de autoridades e embaixadores. Não estão incluídos nos núme-

ros as concessões de serviços de telecomunicações, requerimentos e matérias rejeitadas.

Portanto, só para ficar em uma informação específica, se os números referentes à Câmara apresentados em sua coluna são precisos, então o Senado Federal teve desempenho superior àquela Casa, principalmente se forem somados projetos e resoluções, entre outras matérias. Lembramos ainda que o Senado Federal é constituído de 81 parlamentares e de 11 comissões permanentes. A Câmara, por sua vez, tem 512 deputados e 20 comissões permanentes.

Continue a contar jornalisticamente com a colaboração da Secs.”

#### CABO VERDE

O presidente do Senado, José Sarney, e outros senadores receberam o primeiro-ministro de Cabo Verde, José Maria Neves. Na ocasião, José Maria pediu agilidade para a votação de acordo, em tramitação no Senado, assinado entre o seu país e o Brasil, que prevê a disponibilização de estágios para caboverdianos na Universidade do Legislativo (Unilegis).

#### ALIMENTAÇÃO

O relator especial da Organização das Nações Unidas para o Direito à Alimentação, Olivier De Schutter, foi recebido por José Sarney.

De Schutter disse que o Brasil é referência mundial no combate à fome, mas que o programa Bolsa Família é de difícil acesso.

#### JUDICIÁRIO

O presidente do STF, Gilmar Mendes, encontrou-se com Sarney na semana passada e agradeceu a aprovação, pelo Legislativo, de projetos de interesse do Judiciário, como o PLS 368/07, que eliminou o prazo para a apresentação de mandado de segurança.

#### PARLASUL

Membros da Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul; seu presidente, deputado José Paulo Tóffano (PV-SP); e o vice, Aloizio Mercadante (PT-SP), planejaram com José Sarney a realização da última sessão de 2009 do Parlasul, que será em Brasília.

#### CONVÊNIO

O reitor da Universidade Estadual do Maranhão (Uema), José Augusto Silva Oliveira, propôs ao presidente do Senado a assinatura de um convênio com a Universidade do Legislativo Brasileiro (Unilegis) para a formação de gestores públicos no estado.

#### MESA DO SENADO FEDERAL

**Presidente:** José Sarney  
**1º Vice-Presidente:** Marconi Perillo  
**2º Vice-Presidente:** Serys Shesharenko  
**1º Secretário:** Heráclito Fortes  
**2º Secretário:** João Vicente Claudino  
**3º Secretário:** Mão Santa  
**4ª Secretária:** Patrícia Saboya  
**Suplentes de Secretário:** César Borges, Adelmir Santana, Cícero Lucena e Gerson Camata

**Diretor-Geral do Senado:** Haroldo Tajra  
**Secretária-Geral da Mesa:** Claudia Lyra

#### SECRETARIA ESPECIAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

**Diretor:** Fernando Cesar Mesquita  
**Diretor de Jornalismo:** Davi Emerich

#### AGÊNCIA SENADO

**Diretor:** Mikhail Lopes  
**Chefia de Reportagem:** Elina Rodrigues Pozzebom e Moisés Oliveira  
**Edição:** Nelson Oliveira e Sílvia Gomide

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e da Secretaria Jornal do Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

## JORNAL DO SENADO

EDIÇÃO SEMANAL



Órgão de divulgação do Senado Federal

**Diretor:** Eduardo Leão  
**Editor-chefe:** Flávio Faria  
**Edição:** Djalba Lima, Edson de Almeida, José do Carmo Andrade, Juliana Steck, Rafael Faria e Suelly Bastos  
**Reportagem:** Cíntia Sasse, Janaína Araújo, João Carlos Teixeira, Sylvio Guedes e Thâmara Brasil  
**Diagramação:** Bruno Bazílio, Osmar Miranda e Sergio Luiz Gomes da Silva  
**Revisão:** Eny Junia Carvalho, Fernanda Vidigal, Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas D. de Moraes e Pedro Pincer  
**Tratamento de imagem:** Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino  
**Arte:** Claudio Portella, Diego Jimenez  
**Circulação e atendimento ao leitor:** Shirley Velloso Alves

Site: [www.senado.gov.br/jornal](http://www.senado.gov.br/jornal) - E-mail: [jornal@senado.gov.br](mailto:jornal@senado.gov.br)  
 Tel.: 61 3303-3333 e 0800 61-2211 - Fax: 61 3303-3137  
 Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo 1 do Senado Federal, 20º andar - Brasília/DF - CEP 70165-920



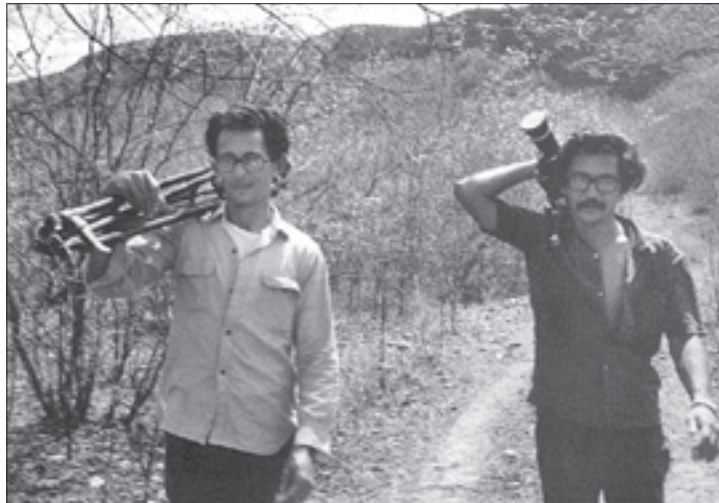
# programação

## TV documenta o cinema de Vladimir Carvalho

Em trajetória iniciada na Paraíba, o cineasta criou clássicos do moderno documentário brasileiro

A TV Senado exhibe neste sábado a primeira parte do documentário *O cinema segundo Vladimir Carvalho*, cineasta paraibano que se destaca entre os melhores documentaristas brasileiros. O programa terá reprise no domingo, oportunidade para rever os melhores momentos da carreira do criador de clássicos como *O evangelho segundo Teotônio*, *Conterrâneos velhos de guerra*, *Barra 68* e *O engenho de Zé Lins*.

Vladimir Carvalho começou a carreira como co-roteirista do clássico *Aruanda*, de Linduarte Noronha, reconhecido como o primeiro documentário mo-



DIVULGAÇÃO VLADIMIR DE CARVALHO

Em 1966, no agreste paraibano, Vladimir (D) busca financiar *O sertão do rio do Peixe* oferecendo aos usineiros seus préstimos como diretor de cinema

dero brasileiro. Como diretor, estreou em *Romeiros da guia*, ainda na Paraíba. Mudou-se primeiro para a Bahia e, depois, Rio de Janeiro, onde trabalhou como assistente de direção do filme *Opinião pública*, de Arnaldo Jabor. Em seguida, Vladimir realiza *O país de São Saruê*, considerado um dos dez mais

importantes documentários brasileiros de todos os tempos. O filme ficou proibido durante toda a década de 1970.

### Documentário

TV Senado  
24/10, sábado, às 15h30  
25/10, domingo, às 21h

## Defensoria vai priorizar locais mais populosos e pobres

A principal função do defensor público é defender os direitos das pessoas que não têm condições de pagar pelos serviços de um advogado. Hoje, isso significa 80% da população, mas existem pouco mais de 5 mil defensores em apenas 38% dos municípios.

A nova Lei da Defensoria Pública pretende mudar essa realidade, segundo disse a vice-presidente da Associação Nacional dos Defensores Públicos, Mariana Lobo, no programa *Fique por Dentro da Lei*: a partir de agora eles deverão atender prioritaria-

mente nos locais com maior densidade populacional e com índices mais elevados de exclusão social.

### Fique por Dentro da Lei

Senado FM e OC  
19/10, segunda-feira, às 10h  
Internet: 19/10, segunda-feira

## Menos arrocho para os municípios

A economia brasileira está saindo da crise, mas a diminuição dos repasses federais ainda impõe dificuldades aos municípios. Para enfrentá-las, o senador César Borges (PR-BA) propõe flexibilizar a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) em 2009. Qual a situação financeira dos municípios? Como funcio-

na a LRF? O que propõe César Borges? O programa *Entrevista Especial* ouviu parlamentares e especialistas sobre o assunto.

### Entrevista Especial

Senado FM e OC  
19/10, segunda-feira, às 12h  
Internet: 19/10, segunda-feira

## Prêmio por reportagem sobre bolivianos em SP

A reportagem especial "Escravos da esperança: a saga dos bolivianos em São Paulo" ganhou menção honrosa na 31ª edição do Prêmio Vladimir Herzog de Jornalismo e Direitos Humanos, concedido pelo Sindicato dos Jornalistas de São Paulo.

A reportagem dos jornalistas Celso Cavalcanti e George Cardim, da Rádio Senado, conta a saga dos cerca de 200 mil bolivianos que sobrevivem na cidade de São Paulo em condição análoga à dos escravos. São explorados por empresários da região como mão de obra barata, sem direito a nenhuma cobertura da legislação trabalhista. Os repórteres foram à Bolívia, passaram por Mato Grosso e chegaram a São Paulo, cumprindo a rota seguida por estes trabalhadores.

A reportagem especial está disponível na RadioAgência Senado, no endereço eletrônico: [www.senado.gov.br/radio](http://www.senado.gov.br/radio). A premiação será no dia 26 de outubro.

## Economista trata de crise e contas públicas

Gasto público é o tema da entrevista com o economista Raul Veloso no *Senado Economia*. Ele aborda o panorama pré-crise e seu impacto nas contas públicas. Raul Veloso também fala sobre taxa de juros, controle da inflação e arrecadação em 2009 e 2010.

### Senado Economia

Senado FM  
19/10, segunda-feira, às 7h30

## Campanha faz alerta contra obesidade

O fato de 43% da população brasileira estar acima do peso levou a Associação Brasileira para o Estudo da Obesidade e da Síndrome Metabólica a desenvolver a Campanha Nacional de Combate à Obesidade. Sobre o assunto, o *Pergunte ao Doutor* conversa com a endocrinologista Mônica Tokarnia.

### Pergunte ao Doutor

Senado FM  
21/10, quarta-feira, às 7h30  
Internet: 21/10, quarta-feira



### SÁBADO

1h - TCU/Ponto a Ponto/Diplomacia  
2h - Leituras  
2h30 - Diplomacia e Inclusão  
3h30 - Cidadania  
4h - Alô Senado  
4h15 - Argumento  
4h30 - De Coração  
5h - Conversa de Músico  
6h - Cidadania  
6h30 - EcoSenado  
6h45 - Argumento  
7h - TV Brasil Internacional  
8h - De Coração  
8h30 - Cidadania  
9h - Alô Senado  
9h15 - EcoSenado  
9h30 - Leituras  
10h - Conversa de Músico  
11h - Parlamento Brasil  
11h30 - Diplomacia e Inclusão  
12h30 - Encontros  
13h - TCU/Ponto a Ponto/Diplomacia  
13h30 - Cidadania  
14h - EcoSenado  
14h15 - Alô Senado  
14h30 - Espaço Cultural  
15h30 - Tela Brasil/Salão Nobre  
16h30 - Agenda Econômica  
17h30 - Encontros  
18h00 - Conversa de Músico  
19h00 - Cidadania  
19h30 - Leituras  
20h - Alô Senado  
20h15 - Ecosenado  
20h30 - Especial  
21h - Parlamento Brasil  
21h30 - Agenda Econômica  
22h30 - Diplomacia e Inclusão  
23h30 - De Coração  
24h - Espaço Cultural

### DOMINGO

1h - Cidadania  
1h30 - TCU/Ponto a Ponto/Diplomacia  
2h - Alô Senado  
2h15 - EcoSenado  
2h30 - Agenda Econômica  
3h30 - Cidadania  
4h - Leituras  
4h30 - De Coração  
5h - Conversa de Músico  
6h - Cidadania  
6h30 - Alô Senado  
6h45 - Argumento  
7h - TV Brasil Internacional  
7h30 - Cidadania  
8h - Leituras  
8h30 - De Coração  
9h - Diplomacia e Inclusão  
10h - Conversa de Músico  
11h - Alô Senado  
11h15 - EcoSenado  
11h30 - Agenda Econômica  
12h30 - Encontros  
13h - Parlamento Brasil  
13h30 - Cidadania  
14h - TCU/Ponto a Ponto/Diplomacia  
14h30 - Espaço Cultural  
15h30 - Especial  
16h30 - Encontros  
17h - Diplomacia e Inclusão  
18h - Conversa de Músico  
19h - Cidadania  
19h30 - Alô Senado  
19h45 - EcoSenado  
20h - Especial  
20h30 - Leituras  
21h - Tela Brasil/Salão Nobre  
22h - Agenda Econômica  
23h - Parlamento Brasil  
23h30 - De Coração  
24h - Conversa de Músico

### SÁBADO

6h - Matinas  
7h - Música e informação  
9h - Prosa e Verso  
9h30 - Música e informação  
10h - Reportagem Especial  
10h30 - Música e informação  
12h - Senado Resumo  
12h30 - Música e informação  
14h - Cine Musical  
14h15 - Música e informação  
15h - Autores e Livros  
15h20 - Música e informação  
18h - Improviso Jazz  
19h - Música e informação  
20h - Escala Brasileira  
21h - Música e informação  
22h - Cine Musical  
22h15 - Música e informação  
**DOMINGO**  
6h - Matinas  
7h - Música e informação  
8h - Brasil Regional  
9h - Autores e Livros (reprise)  
9h20 - Música e informação  
10h - Cine Musical  
10h15 - Música e informação  
16h - Prosa e Verso (reprise)  
16h30 - Música e Informação  
17h - Reportagem Especial  
17h30 - Música e informação  
20h - Jazz & Tal  
21h - Música e informação

De segunda a sexta-feira, a programação da Rádio Senado e da TV Senado dedica-se prioritariamente à transmissão ao vivo das sessões realizadas no Plenário e nas comissões. Não havendo sessão, as emissoras transmitem reuniões de comissões que não puderam ser transmitidas

ao vivo, programas jornalísticos sobre as atividades dos senadores, reportagens especiais sobre temas em discussão na Casa e reprises de sessões. No caso da Rádio Senado, a programação inclui também seleções musicais.

### Como sintonizar

**TV A CABO:** (55) e Manaus (57).  
NET, Mais TV e Video Cabo  
**TV POR ASSINATURA:** ANTENA PARABÓLICA  
Sky (canal 118), Directv (217) e Telesat (17)  
**UHF:** João Pessoa (canal 40), Fortaleza (43), Brasília (canais 36 e 51), Salvador (53), Recife

**Sistema digital:** PID - Vídeo: 1110  
Satélite: B1  
Áudio: 1211  
Transponder: 1 Banda Estendida  
PCR: 1110  
Polarização: vertical  
Receptor de Vídeo/Áudio  
Frequência: 3.644,4 MHz  
Digital NTSC MPEG-2 DVB  
Frequência (Banda - L):  
1.505,75 MHz  
Symbol Rate: 3,2143Ms/s  
Antena: 3,6 m  
FEC: ¾

### Como sintonizar

**FM**  
Brasília (DF) e regiões vizinhas - 91,7 MHz  
Natal (RN) - 106,9 MHz (caráter experimental)  
**ONDAS CURTAS**  
Frequência de 5.990 kHz, na faixa de 49 metros no Norte, Nordeste, Centro-Oeste e norte de MG  
**INTERNET**  
No endereço [www.senado.gov.br/radio](http://www.senado.gov.br/radio), por meio dos programas *Real Player* ou *Windows Media Player*  
**ANTENA PARABÓLICA**  
Satélite Brasilsat B1; receptor na frequência de 4.130 MHz; polarização horizontal; transponder: 11 A2



## voz do leitor

## Avanços

"O Brasil não estaria amadurecido para ter um tribunal técnico e não político como os atuais? Com conselheiros concursados em vez de nomeados? Todo cidadão também deveria ter acesso às contas públicas e não apenas vereadores, deputados e senadores."

**Alexandro Matos, de Serra Preta (BA)**

## Liberdade de expressão

"O mais importante sobre as rádios comunitárias é que a liberdade de expressão de todo povo, quando surge um instrumento de rádio não autorizado pelo governo, denomina-se pirata. O governo está impedindo esse direito, a liberdade de expressão, para defender o monopólio das grandes emissoras de rádio e televisão."

**Márcio dos Santos da Silva, de Delmiro Gouveia (AL)**

## Acidentes

"Sugiro que as pessoas que deixam os seus animais de estimação soltos nas ruas, correndo o risco de se envolverem em acidentes, sofram penalidades graves."

**Mauro Barbosa da Silva, de Pindobaçu (BA)**

## Liderança

"Por meio da imprensa, tem-se acompanhado que a liderança de Lula em relação aos demais países sul-americanos é uma pseudoliderança, já que as regras têm sido ditadas pelos presidentes da Venezuela, Bolívia, Argentina e, mais recentemente, Paraguai. Este obrigou um reajuste de valores não previsto no Tratado de Itaipu. Liderança desse tipo é fácil, pois os interesses das outras nações são impostos, sempre com prejuízo ao povo brasileiro."

**Sérgio Andrekowicz, de União da Vitória (PR)**

## Impunidade

"Venho aqui expor minha indignação quanto à facilidade com que as

pessoas cometem crimes e depois pagam fiança. A impunidade vem com o pagamento de fiança. Isso precisa acabar."

**Tarcísio Pereira de Souza, de Condado (PE)**

## Imposto

"Sugiro um projeto que altere a forma de pagamento do seguro obrigatório para motocicletas: é a tarifa mais cara a ser paga pelo proprietário e, no entanto, não é possível parcelar. Todos os outros seguros feitos pelas seguradoras são parcelados, mas infelizmente o DPVAT não é. A maioria das pessoas que têm motocicletas são pobres e optaram por esse veículo por ser mais econômico (em consumo de combustível e manutenção), mas no quesito imposto não é nada viável."

**Paulo Santana, de Regente Feijó (SP)**

## Falta carteiro

"O município de Uruburetama, distante da capital de Fortaleza cerca de 110 quilômetros, tem em torno de 20 mil habitantes e só dispõe de um carteiro (terceirizado), que, de três em três meses, tem seu contrato renovado. As correspondências são entregues no centro da cidade. A zona rural, considerada fora do perímetro urbano, não tem esse serviço. Vários bairros estão sendo prejudicados. Sem dúvida nenhuma precisamos de mais um carteiro."

**José Josimar Soares Coelho, de Uruburetama (CE)**

## Chaga social

"O Brasil sofre com diversas chagas sociais que são, em parte, camufladas por meio de assistencialismo. No entanto, existe uma chaga que tem mais amplitude e essa atinge toda a sociedade: a violência política, ou seja, a falta de respeito e de compromisso por parte dos políticos com o povo, negando a esse o direito de viver numa sociedade mais justa, humana e solidária."

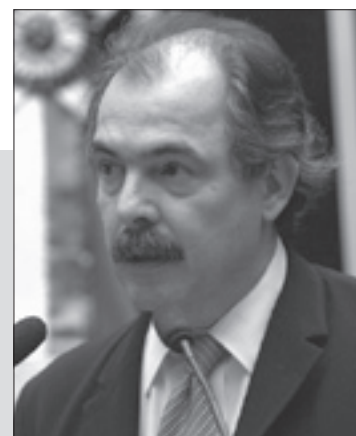
**Marcos André da S. Gomes, de Girau do Ponciano (AL)**

## frases



Nós sempre achávamos que o Brasil era o país do futuro. O futuro chegou e é extremamente promissor. Daremos um grande salto de qualidade

**Aloizio Mercadante**, ao analisar a retomada do crescimento da economia brasileira após a crise econômica mundial.



WALDEMAR BARRETO

A maioria dos professores continua a sofrer com salários quase indignos, com o excesso de alunos em sala de aula, com a confusão pedagógica e com o quadro de indisciplina e violência que se espalhou pela maioria das escolas

**Valdir Raupp**, referindo-se à atual situação vivenciada pelos professores.

A máquina pública é cara, ineficiente, inchada e o que agora nós tememos é que, nos próximos anos, tenhamos uma situação de deterioração das contas públicas

**Antonio Carlos Júnior**, sobre os gastos do governo federal.

Sem o emprego, o jovem se encontra numa situação de fragilidade excepcional. A independência que conquistou enquanto estudante começa a ser limitada pela falta de recursos materiais

**José Sarney**, ao anunciar projeto que anistia inadimplentes do Fies.

Há dois anos, nove meses e 16 dias os paraenses têm apenas uma placa dizendo: "Aqui tem governo do Pará" na obra inexistente do Hospital Oncológico Infantil

**Flexa Ribeiro**, avaliando que o sistema de saúde do estado está falido.

Os números revelam o compromisso do governo Lula com o estado do Tocantins, o que vem confirmar a visão de estadista do presidente e a sua firme decisão de trabalhar em prol da redução das desigualdades regionais e da justa distribuição de renda

**Sadi Cassol**, agradecendo ao apoio de Lula ao Tocantins.



MOREIRA MARIZ

É o crime organizado contra um governo desorganizado. Triplicou o número de homicídios por 100 mil habitantes. Apelar para quem? Só nos resta pedir proteção ao Senhor do Bonfim e, depois, chorar no pé do Caboclo

**César Borges**, protestando contra a violência na Bahia.



Sugestões, comentários e críticas podem ser enviados por carta (Praça dos Três Poderes, Senado Federal, edifício Anexo I, 20º andar, CEP 70165-920, Brasília-DF), e-mail ([jornal@senado.gov.br](mailto:jornal@senado.gov.br)) ou telefone (0800 61-2211).

## pergunte ao senador



GERALDO MAGELA

## Redução da maioria penal para 16 anos

O senador **Demostenes Torres (DEM-GO)** responde:

Prezada Lourdes, hoje, quem tem 16 anos sabe muito bem o que faz e, sendo assim, se resolve cometer um crime tem de pagar pelo que fez. Não tem cabimento estabelecer uma proteção para pessoas que não precisam ser protegidas. É óbvio que o governo precisa investir em escolas, inclusive, o projeto de tempo integral

em escolas públicas também é meu e já foi aprovado na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado, aguardando votação em Plenário.

Muita gente entende que, aos 16 anos, a pessoa não compreende o caráter delituoso do fato, isso é, não sabe se o que fez é crime ou não. A pessoa passará por uma junta médica para verificar se ela deve responder como maior ou menor.

Com informações da TV Senado

"Por que Demostenes Torres apresentou projeto que reduz a maioria para 16 anos?"  
**Lourdes Freire, de Anicuns (GO)**



# Raiva humana mata. Como evitá-la?

**E**m setembro, um adolescente pernambucano ficou conhecido como a terceira vítima da raiva humana no mundo que sobreviveu à doença. Transmitida por mamíferos, a zoonose é causada por um vírus mortal tanto para o homem quanto para os animais. No entanto, pode-se evitar o contágio por meio da vacinação de cães e gatos – principais transmissores – e de outras medidas preventivas.

## Doença rara e controlada com vacinação

Encefalite viral grave, a raiva apresenta dois ciclos principais de transmissão: o urbano e o silvestre. No primeiro, as fontes de infecção mais comuns são o cão e o gato. No segundo, o morcego hematófago (que se alimenta de sangue). De acordo com o Ministério da Saúde, nas duas últimas décadas houve uma redução significativa no número de casos humanos registrados por ano, caindo de 173, em 1980, para 17 em 2003, sendo o cão o principal transmissor.

Todos os estados disponibilizam, na rede de serviços de saúde, vacina de alta qualidade para a profilaxia da raiva humana, tanto para antes da exposição ao vírus (vacinação, indicada para profissionais que correm esse risco, como veterinários e pesquisadores) quanto para depois de uma potencial infecção (administração de imunobiológicos, o que é eficaz somente antes de o vírus atingir o sistema nervoso central, quando têm início as manifestações clínicas da doença). Atualmente, os casos se concentram nas regiões Norte e Nordeste.

Ainda conforme o Ministério da Saúde, nos últimos dez anos, o aumento de casos de raiva em outros mamíferos, como morcegos, raposas e saguis, e a identificação de variações do vírus apontam para uma mudança no perfil epidemiológico da doença no país, com

a caracterização dos ciclos aéreo e silvestre terrestre, além do urbano e do rural. O ministério está promovendo debates para adotar novas estratégias no controle da raiva, como a que ocorreu no Recife com um adolescente que foi mordido por um morcego e, após quase um ano internado, recebeu alta.

O tratamento do jovem, iniciado em outubro de 2008, contou com a troca de informações entre a equipe médica do Hospital Oswaldo Cruz, o Ministério da Saúde, o Centro de Controle e Prevenção de Doenças de Atlanta, nos Estados Unidos, e médicos norte-americanos que desenvolveram um tratamento baseado em antivirais, sedativos e anestésicos

injetáveis e conseguiram curar, em 2004, uma paciente na cidade de Milwaukee. O tratamento ficou conhecido como Protocolo de Milwaukee.

O senador Augusto Botelho (PT-RR), que é médico, alerta para a importância da vacinação dos cães e gatos e recomenda que a pessoa mordida por animal selvagem ou doméstico procure imediatamente o centro de zoonoses ou um centro de saúde. Ele também ressalta os resultados da aplicação no Brasil do Protocolo de Milwaukee.

– Os casos de cura são exceção. A boa notícia é que o governo debaterá com especialistas mudanças nos protocolos de tratamento da raiva humana – disse.



Campanha de vacinação contra raiva em Alagoas: medida é essencial para evitar que animais contaminem o homem

## Transmissão e precauções em possíveis contágios

O Instituto Pasteur, entidade ligada à Secretaria da Saúde do Estado de São Paulo e voltada para pesquisa sobre a raiva, esclarece sobre a doença e faz as seguintes recomendações para prevenção e tratamento.

### Modo de transmissão

- A transmissão ocorre quando o vírus da raiva existente na saliva do animal infectado penetra no organismo através da pele ou das mucosas, por mordida, arranhão ou lambida, mesmo sem agressão.
- O morcego hematófago é um importante transmissor por infectar bovinos, equinos e morcegos de outras espécies, além do próprio homem.

### Os tipos da doença

- **Raiva humana**  
No início, provoca inquietude, perturbação do sono, sonhos agitados. Em segui-

da, surgem alterações na sensibilidade, queimação, formigamento e dor no local da mordida. Essas alterações duram de dois a quatro dias. Seguem-se alucinações e febre. Inicia-se então, por dois ou três dias, aerofobia e hidrofobia (aversões ao ar livre e à água), com intensidades variáveis, seguidas de crises convulsivas periódicas.

### • Raiva furiosa (canina e felina)

No início, notam-se alterações de comportamento, agitação, anorexia. Em três dias, o animal torna-se mais agressivo, atacando o próprio dono. Apresenta falta de coordenação motora, paralisia dos músculos da deglutição e da mandíbula (salivação e dificuldade para engolir). Pode caminhar grandes distâncias. O latido torna-se diferente, parecendo um “uivo rouco”. A duração da doença é de um

a 11 dias. O animal morre por convulsões e paralisia.

### • Raiva paralítica (bovina)

Inicialmente, provoca inapetência, lacrimejamento, isolamento e andar cambaleante. Depois, falta de coordenação motora e contrações de musculatura do pescoço, levando a dificuldade de deglutição. O animal apresenta paralisia das patas traseiras. A doença dura de dois a cinco dias, podendo chegar a dez.

### Como agir quando for agredido por um animal, mesmo vacinado

- ✓ Lave imediatamente o ferimento com água e sabão.
- ✓ Procure com urgência o serviço de saúde mais próximo.
- ✓ Não mate o animal e deixe-o em observação durante dez dias, para que se possa identificar qualquer sinal indicativo da raiva.

✓ O animal deverá receber água e alimentação normalmente, em local seguro, para que não possa fugir ou atacar outras pessoas ou animais.

✓ Se o animal adoecer, morrer, desaparecer ou mudar de comportamento, volte imediatamente ao serviço de saúde.

✓ Nunca interrompa o tratamento preventivo sem ordens médicas.

✓ Quando um animal apresentar comportamento diferente, mesmo que ele não tenha agredido ninguém, procure o serviço de saúde ou de zoonoses.

### Outras recomendações importantes

- Leve seu animal para ser vacinado contra a raiva.
- Mantenha-o em observação quando ele agredir uma pessoa.
- Não o deixe solto na rua e use coleira no cão ao sair.

## Deveres do governo (nas três esferas)

- ✓ Oferecer à população profissionais treinados para orientar sobre a prevenção.
- ✓ Vacinar cães e gatos, pelo menos, uma vez ao ano.
- ✓ Capturar cães errantes.
- ✓ Enviar material para exames de laboratório para diagnóstico.
- ✓ Prover laboratórios de condições técnicas para exames de rotina.
- ✓ Controlar a posse ilegal de animais silvestres.
- ✓ Controlar as colônias de morcegos hematófagos.
- ✓ Controlar os focos da doença com medidas de vigilância epidemiológica.

## Ocorrência da doença no mundo

- É quase universal. O único continente livre da doença é a Oceania.
- Atualmente, está erradicada no Japão, Reino Unido, Havaí e em algumas ilhas do Pacífico.
- Na Europa, a principal fonte de infecção é a raposa.
- Nos Estados Unidos e no Canadá, é encontrada em animais silvestres.
- Na América Latina, no Caribe, na África e na Ásia, o ciclo predominante é o urbano, e o cão é o principal transmissor.

## Projetos de lei priorizam vacinações

O **PLS 667/07**, da senadora Marisa Serrano (PSDB-MS), torna obrigatória a manutenção de estoque das vacinas antitetânica e antirrábica e dos respectivos soros e imunoglobulinas nos hospitais com atendimento de urgência. A proposta foi aprovada na Comissão de Assuntos Sociais e, caso não haja recurso para ser analisada em Plenário, será encaminhada para votação na Câmara.

O **PL 1.619/07**, do deputado Geraldo Resende (PMDB-MS), determina que as prestadoras de telefonia celular enviem mensagem aos seus assinantes sobre a realização de campanhas de vacinação. A proposta deve passar por três comissões da Câmara e, em seguida, segue para análise do Senado.

## Saiba mais

### Ministério da Saúde

Esplanada dos Ministérios – Bloco G  
Brasília (DF) – CEP 70058-900  
Disque-saúde: 0800 61 1997  
[www.saude.gov.br](http://www.saude.gov.br)

### Instituto Pasteur

Avenida Paulista, 393 – Cerqueira César – São Paulo (SP)  
CEP 01311-000 (11) 3145-3145  
[www.pasteur.saude.sp.gov.br](http://www.pasteur.saude.sp.gov.br)